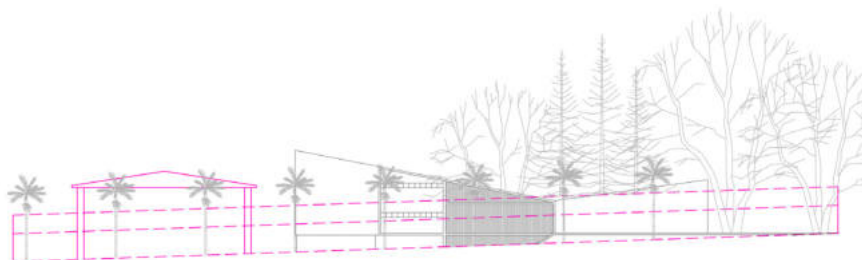
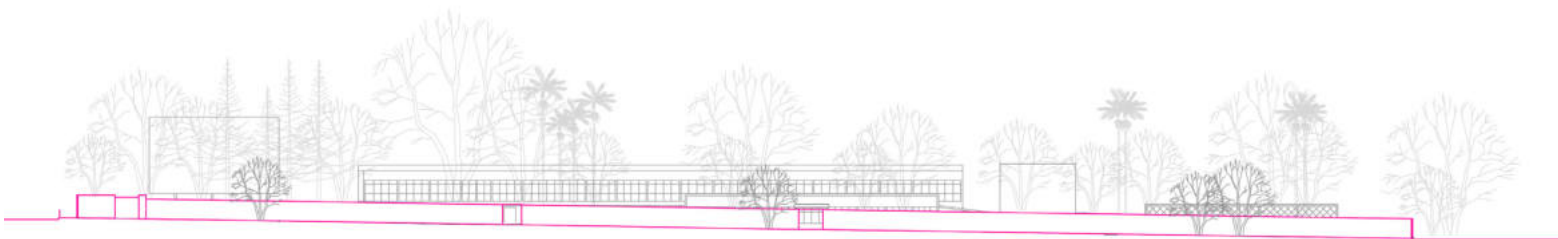
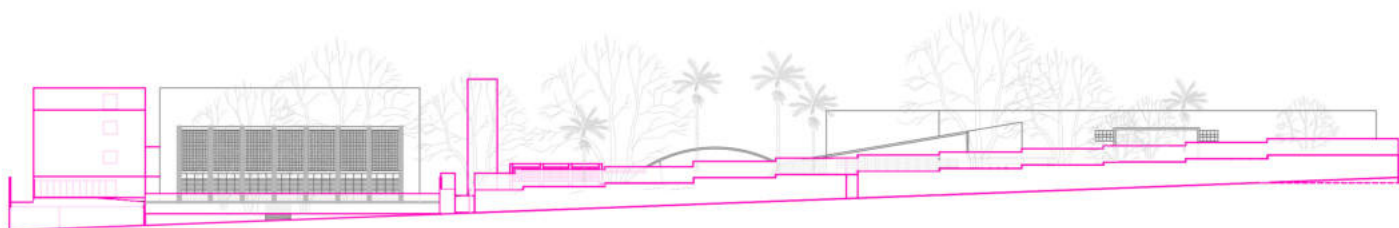
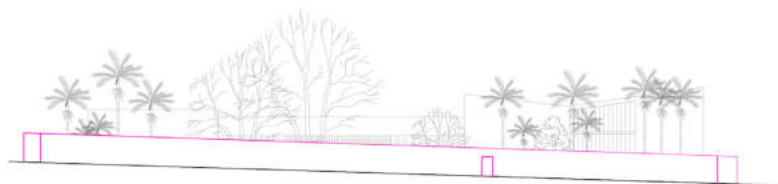

DIMENSÃO PÚBLICA DO EDIFÍCIO ESCOLAR NA PAISAGEM

Por um programa de reestruturação do Convênio Escolar



Luna López Brandão

Universidade de São Paulo

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Luna López Brandão

Orientação: Prof. Dr. Fábio Mariz Gonçalves

TFG

Julho de 2018

para meu irmão,

Grata!

Prof. Fábio Mariz Gonçalves

Professor e Orientador

Prof.^a Karina Leitão

Orientadora metodológica

Prof.^a Helena Aparecida Ayoub Silva e

Prof. Pablo Hereñú

Examinadores da Banca

Prof. Antonio Carlos Barossi

Prof. Alexandre Delijaicov

pelas conversas empolgantes sobre o tema

Aos professores e funcionários:

EE Nossa Senhora da Penha,

EE Dom Pedro I,

EE Erasmo Braga,

EE Pandiá Calógenas ,

Biblioteca Hans Christian Andersen e

Biblioteca Cassiano Ricardo

pela atenção e por dividir suas histórias

Por fim, ao amigo Levy Vitorino

pelo apoio.

“O território, agora dividido em propriedades bem mais fragmentadas, separa, isola e classifica os habitantes da cidade, pela renda, pela cor, pela idade, colocando-os em espaços públicos e privados, com limites precisos. Aos poucos, ruas e praças deixaram de ser o lugar de encontro e de aprendizado coletivo para se tornarem simples passagens, ocupadas por desconhecidos, de cujo perigo era preciso afastar as ‘crianças das famílias’”.

Mayumi Watanabe

“A importância da qualidade do Espaço na Educação das Crianças”,
1985

RESUMO

Dimensão pública do edifício escolar na paisagem.

Por um programa de reestruturação do Convênio Escolar.

Palavras-chave:

Arquitetura moderna paulistana

Arquitetura escolar

Paisagem urbana

Pela geografia do conhecimento estampada que temos no Brasil sabemos que conhecimento é poder. A disseminação do conhecimento dá suporte para mobilidade social e luta por qualidade de vida.

O Convênio Escolar (1950-1960), num gesto inovador e ambicioso, disseminou escolas públicas de elevada qualidade arquitetônica por São Paulo. Escolheram-se terrenos amplos para que as construções fossem predominantemente horizontais. Os edifícios foram implantados no terreno considerando aquele momento histórico. A segurança não era o aspecto determinante e a transição interior-exterior, na maioria dos casos, era leve na paisagem: apenas muretas. No entanto essas muretas foram elevadas, transformadas em altos muros. Grandes obras, de grandes arquitetos, estão invisíveis atrás destes altos muros.

O fechamento de extensos perímetros, seja ele muro ou gradil, gera impacto nas imediações. A revitalização dos equipamentos existentes enfrentará a complexidade urbana de forma a garantir o acesso aos lugares para autonomia e emancipação.

Este trabalho final de graduação defende a necessidade de um programa de requalificação dos equipamentos públicos escolares existentes, mais especificamente do conjunto arquitetônico das escolas do Convênio Escolar. Para tanto, parte da análise da situação atual de quatro casos distintos e representativos de implantação: 1) Proporcional ao Terreno; 2) Terreno Excedente; 3) Grandes Complexos Escolares e 4) Rede de Equipamento de Ensino. Respectivamente as escolas: EE Nossa Senhora da Penha, EE Pandiá Calógenas, EE Dom Pedro I e EE Erasmo Braga em conjunto com as Bibliotecas do Tatuapé. Como parâmetro foram escolhidas apenas escolas da Zona Leste que caracterizam centros de bairro de relevante importância para a memória local. Por fim, este trabalho apresenta um exercício de projeto sobre uma das escolas: EE Nossa Senhora da Penha.

ABSTRACT

Public dimension of the school building in the landscape.
For a restructuring programme of the “Convênio Escolar”.

Keywords:

Modern architecture from São Paulo

Educational architecture

Urban landscape

For the geography of the knowledge stamped that we have in Brazil, we know that knowledge is power. The dissemination of knowledge gives support for social mobility and fights for quality of life.

The “Convênio Escolar” (1950-1960), in a innovative and ambitious gesture, disseminated public schools of elevated architectural quality throughout Sao Paulo. They’ve chosen broad lands so the constructions would be predominantly horizontal. The buildings were implanted on the land considering that historical time. The safety wasn’t the defining feature and the transition between the indoors and the outdoors, in most cases, was light in the landscape: just fences. However, those fences were heightened, turned into very high walls. Big construction works of big architects are invisible behind those big walls.

The closure of extensive perimeters, walls or cages, impacts the surroundings. The revitalization of the existing equipments will face the urban complexity in order to guarantee the access to the places for autonomy and emancipation.

This final work of graduation defends the need of a retraining program of existing school public equipments, more specifically of the architectural group of schools of the “Convênio Escolar”. For it, it comes from the analysis of the current situation of four distinct and representative cases of deployment: 1) Proportional to the Landing; 2) Excessive Landing; 3) Big School Complexes and 4) Teaching Equipment Network. Respectively the schools: EE Nossa Senhora da Penha, EE Pandiá Calógenas, EE Dom Pedro I and EE Erasmo Braga together with the libraries from Tatuape. As a parameter were chosen only schools from the East that categorize important neighborhoods to the local memory. In the end, this work presents and exercise of project about one of the schools: EE Nossa Senhora da Penha.

17	Dimensão Pública
23	Popularização da Educação
27	Convênio Escolar na Paisagem
33	Quatro implantações
95	Mudanças e Permanências
103	Dos sacrifícios
115	Programa de Reestruturação Escolar
120	Projeto

DIMENSÃO PÚBLICA

Durante séculos uma minoria com poder convenceu seus trabalhadores que o seu simbólico valor está, sobretudo, na sua capacidade economicamente produtiva. O controle social é minucioso e está na medição, hora a hora, do tempo para o trabalho, para a família, para o consumo e mais uma quantidade mínima de lazer para restituição física e mental do homem-máquina. Nesse entendimento, as crianças são “improdutivas” e sua atividade cotidiana acaba sendo negada por estar associada ao supérfluo: lazer, brincar, conviver e cooperar.

“(...) quero lhes colocar o tema do lazer no devido lugar: o de uma das necessidades básicas e naturais para a sobrevivência e desenvolvimento do ser humano, principal elemento para a formação das novas gerações e para a construção coletiva de novas relações na sociedade. ”

Mayumi Watanabe, 1992
“Retrospectiva Histórica do Brincar e o Espaço Urbano”

Até a industrialização, a convivência entre crianças e adultos era fundamental e o tempo de convivência mais importante para ambos sempre foi o do lazer. Como defende Mayumi Watanabe, o que está associado ao lazer não é supérfluo, muito pelo contrário, é vital. A criança se desenvolve natural e empiricamente pela brincadeira, pela imitação e pela convivência. Quando tratamos o lazer como algo vulgar ou irrelevante, negamos o tempo mais importante para a construção cívica.

O espaço de convivência e aprendizado foi a rua até o momento em que a população rural se deslocou para os aglomerados urbanos após a Revolução Industrial. Daí em diante a rua passou a ser um lugar vulgar, ocupada por mendigos, crianças abandonadas e prostituição. Aí teria nascido a neurose de separação social da criança, com o apoio da moral cristã.

“Era preciso vigiá-las continuamente. O regulamento para as crianças de Port. Royal, de 1711, é explícito. Diz ele: ‘é preciso vigiar as crianças com cuidado e jamais deixa-las sozinhas’. Esta vigilância, contudo, deveria ser feita de modo a não parecer opressiva: ‘é preciso ainda” _ diz o regulamento _ “que essa vigilância contínua seja feita com doçura e uma certa confiança; que faça a criança pensar que é amada, e que os adultos estão ao seu lado pelo prazer de sua companhia. Isso faz com que elas amem essa vigilância, ao invés de teme-la”

Mayumi Watanabe, 1992
“Retrospectiva Histórica do Brincar e o Espaço Urbano”

Além de perder o espaço público, as crianças passaram a ser vítimas de um aprendizado fragmentador que separa convivência de currículo escolar, raciocínio de imaginação e fazer de pensar.

“O espaço territorial, antes lugar de descoberta, de encontro da criança com a natureza e com os homens, passa gradativamente a lugar controlado: proibido e perigoso quando é espaço público; direcionado e disciplinado, quando o espaço é privado.”

Mayumi Watanabe, 1992
“Retrospectiva Histórica do Brincar e o Espaço Urbano”

Trazendo a discussão para a cidade de São Paulo, a primeira criança que vem à mente é a “criança confinada” em casa, que não compreende perfeitamente liberdade. O espaço público, onde praticaria esse aprendizado, apesar de ser seu por direito, não é seu de fato. Como resultado, não haverá empatia pelo que é coletivo. A cidadania e o respeito ao bem comum se aprende de qualquer outra maneira letiva, sempre insuficiente. Outra criança que reconhecemos é a ‘criança atarefada’, aquela que preenche seu tempo com atividades extracurriculares, acompanhando o ritmo de vida dos pais. Neste caso estamos falando da criança que tem pouco tempo de convívio com as figuras adultas mais importantes no seu processo de aprendizado. O reflexo, a imitação e a brincadeira são as ferramentas usadas pela criança no seu desenvolvimento. Sem ter oportunidade dessa referência, imitar e brincar, a maturidade e a autonomia sobre o próprio aprendizado deixam de ser o foco da educação e, no fim das contas, para todas as crianças, o objetivo da educação acaba sendo o cumprimento da grade curricular.

Hoje somos capazes de identificar os as escolas públicas na cidade de São Paulo pelos seus muros. Se fizermos um exercício de memória para enumerar as escolas públicas que conhecemos chegaremos todos à mesma conclusão: quase todas têm um muro mal acabado. Às vezes colorido pelos próprios alunos, num esforço bonito de apropriação, às vezes num tom 'bebê' qualquer.

A primeira geração de escolas modernas de São Paulo foi construída entre 1950 e 1960. Por algumas décadas não foram muradas. Com o passar do tempo, a neurose de segurança foi rompendo aos poucos com o desejo original de que esses equipamentos formalizassem um espaço público de direito e de usufruto. É urgente tratar desse assunto. Enquanto permitirmos que os contornos da nossa sociedade se identifiquem com os contornos murados e enrijecidos, seremos reféns do nosso próprio futuro. Para reverter essa situação será preciso retirar a escola da invisibilidade e dar-lhe estado de ânimo.

A arquitetura não resolverá problemas por si só, de fato, mas será sempre capaz de dar lições de convivência social. Seja fruto de projeto ou consequência construída, o espaço político é material, principalmente quando estamos tratando de um projeto público, qualquer que seja sua escala.

Falar de dimensão pública do Edifício Escolar é, necessariamente, atar uma conversa com Anysio Teixeira, Hélio Duarte e Mayumi Watanabe. E que esta seja mais uma oportunidade para isso.

“O Brasil precisa para se realizar de lirismo – que é a capacidade de se esquecer – e de virtude – que é a capacidade de se superar. ”

Anísio Teixeira. 1951, Revista HABITAT

POPULARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A popularização da educação no Brasil não foi uma consequência da evolução econômica do país, pura e simplesmente. A “educação para todos” foi uma conquista árdua de pedagogos, filósofos e arquitetos que defenderam o direito de todos à educação para construção de uma sociedade com igualdade de oportunidades.

No período da Primeira República, entre 1889 e 1930, a escola pública restringia-se ao ensino elementar que, por sua vez, não era universalizado. O censo escolar de 1934 apontava que apenas 38% da população brasileira em idade escolar frequentava a escola.

A demanda duplicou entre 1920 e 1934, resultando num déficit de 100.000 vagas no Estado de São Paulo no final desse período. A solução encontrada pela Comissão Permanente instituída pelo Governo do Estado foi paliativa: construir escolas isoladas, de padrão questionável, em três turnos diários.

O DOP, Departamento de Obras Públicas do Estado, foi o responsável pelas construções escolares até a década de 1960, sendo então substituído pela CONESP, Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo, até 1987. Desde então a FDE, Fundação para o Desenvolvimento da Educação, é o Órgão responsável por viabilizar a execução das políticas definidas pela Secretaria de Estado da Educação, implantando e gerindo programas, projetos e ações destinadas a garantir o bom funcionamento, crescimento e aprimoramento da rede pública estadual de equipamentos escolares.

É sabido que o projeto arquitetônico do edifício escolar reflete as políticas educacionais adotadas nos diversos períodos. Os edifícios escolares do início do século XX caracterizam-se pela imponência arquitetônica dos Grupos Escolares. Com o acelerado crescimento populacional e conseqüente necessidade de expansão da rede escolar, os projetos tenderam à racionalização e modernização a partir da década de 1920. Os grupos escolares existiram até 1971, ocasião em que houve a reestruturação do ensino, sendo introduzido o ensino de primeiro grau (primário e ginásio) através da Lei 5692/71.

Anísio Teixeira, filósofo e estudioso da educação, conceituou o que seria uma moderna pedagogia. Para ele, a escola é a experiência de vida que levará a criança a fazer parte de uma organização humana em acelerado processo de mudança. Inspirado nas ideias da nova escola comunitária americana idealizou um sistema composto por células formadas por quatro Escolas-Parque para mil alunos cada, e uma Escola-Parque para quatro mil alunos. Em períodos alternados,

esses alunos utilizariam as duas. Nas Escolas-Parque concentravam-se as atividades esportivas, sociais, artísticas e industriais.

Os conceitos básicos da filosofia pedagógica de Anísio Teixeira estão presentes, ainda hoje, nos projetos ideais para a escola pública: a Escola-Parque, como proposta de uma educação completa, princípios modernos de arquitetura e a escola como ponto de convívio da comunidade. Como exemplo temos os CIEP's, Centros Integrados de Educação Pública do Rio de Janeiro, idealizados por Darcy Ribeiro na década de 1980, e os CEU's, Centros de Educação Unificada de São Paulo, iniciados no governo de Marta Suplicy no início dos anos 2000, que mantiveram a ideia de construção de blocos independentes definindo funções específicas: esportiva, cultural ou didática, bem como a possibilidade de convívio da comunidade.

“Sou contra a educação como processo exclusivo de formação de uma elite mantendo a grande maioria da população num estado de analfabetismo e ignorância... sou a favor de uma escola primária organizada e séria, com 6 anos de estudos, nas áreas urbanas e 4 nas áreas rurais, destinado à formação básica e comum ao povo brasileiro... não uma escola para poucos mas uma escola para todos.”

Anísio Teixeira, extraído do livro *“escolas classe, escolas parque”* de Hélio Duarte

CONVÊNIO ESCOLAR NA PAISAGEM

Hoje defendemos a ideia de que a arquitetura e a cidade precisam amparar o acaso, ser parte e exemplo na formação e desenvolvimento social da comunidade. Sem dúvida nenhuma é fundamental devolver as Escolas do Convênio Escolar, com toda sua excepcionalidade, à paisagem urbana e ao conhecimento dos cidadãos.

O Convênio Escolar foi um acordo firmado entre a administração municipal paulistana e o Governo do Estado, decorrente da obrigatoriedade introduzida pela Constituição Federal de 1946. A Carta Magna previa percentuais mínimos de arrecadação a serem aplicados na educação pela União, Estados e Municípios. Como o Estado já cumpria com esses percentuais, coube à Prefeitura de São Paulo a construção de unidades escolares para todos os níveis. Iniciado em 1948, o Convênio teve atuação mais significativa no período compreendido entre os anos 1949 e 1954, fase em que teve como expoente o arquiteto Hélio Duarte. Entusiasta da ideologia pedagógica de Anísio Teixeira, Hélio Duarte ocupou o cargo de diretor técnico do plano de construções escolares da Comissão Executiva do Convênio por dois anos, passando então a presidente da Subcomissão de Planejamento Escolar da qual se desligou em 1952.

“O fim da educação é progredir, ampliar conhecimento e dar-lhes destino social. O que uma metodologia obsoleta está a fazer é justamente o contrario. A persistir essa situação continuaremos construindo prédios caros para uma instrução de faz de conta.”

Hélio Duarte, 1956

Para além da direção técnica, Hélio Duarte atuou ativamente em grande número de projetos.

O Convênio Escolar (São Paulo) foi composto de grupos escolares, ginásios, parques infantis, teatro popular, biblioteca pública. Conceito de um conjunto de base de ensino permeável na cidade.

Os novos edifícios escolares deveriam ser construídos sob os princípios da funcionalidade, extinguir a separação entre meninos e meninas, carteiras móveis, que permitissem vários arranjos dos alunos em sala, horários flexíveis de forma a atender o “tempo psicológico de interesse” infantil, a criança deveria ser vista como o centro da atividade pedagógica, sendo valorizadas as práticas da observação, ação e experimentação, o desenvolvimento do conhecimento científico e pragmático com o propósito de educar indivíduos autônomos e responsáveis, capazes de contribuir para a organização de uma sociedade democrática.

O convênio escolar tinha como finalidade criar condições para reestruturação do sistema escolar básico e almejava alcançar um futuro mais desejável tanto à educação quanto ao povo brasileiro. Os edifícios escolares tiveram reconhecida qualidade arquitetônica e adequada inserção na paisagem. Percepção da arquitetura como elemento fundamental para a aproximação entre escola e comunidade.

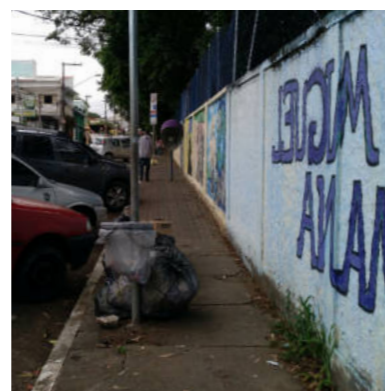
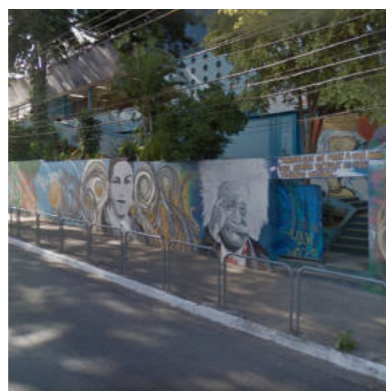
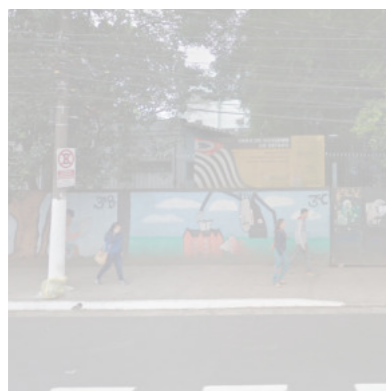
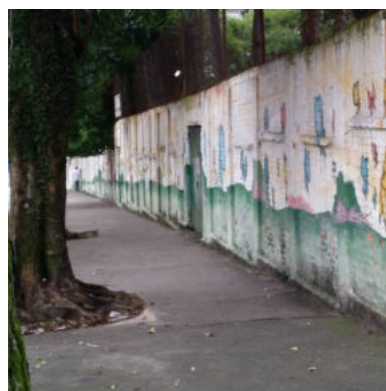
As características e elementos de projeto mais marcantes desta época foram: respeito à escala da criança, espaços de transição, luminosidade e jardins, ventilação cruzada, grandes caixilhos de ferro, Recreio em arco pré-moldado, volumes em asa de borboleta, marquises e elementos vazados. A ideia era criar um espaço completo de formação, num período em que se mesclavam princípios modernos na arquitetura e idealismo social nos programas arquitetônicos. Havia a premissa de que as soluções deveriam interagir com o lugar.

Atuaram no Convênio arquitetos da Escola Carioca e Escola Paulista entre eles: Hélio Duarte, Eduardo Corona, Roberto Tibau, Ernest Mange, Pitombo, Vilanova Artigas, Carlos Cascaldi, Paulo Mendes da Rocha.

Como explica o professor Guilherme Wisnik, Hélio Duarte se torna *“mensageiro e portador, em São Paulo, de dois importantes legados recentes no Brasil: a arquitetura moderna carioca - de herança corbusiana e, àquela altura, já reconhecida mundialmente sob a alcunha de brazilian style - e o projeto pedagógico de Anísio Teixeira, pioneiro defensor de uma escola pública, laica e gratuita no Brasil”*.

No ano de 1954 a Câmara Municipal de São Paulo não ratificou o novo convênio. A verba que a ele seria destinada foi transferida para a construção dos edifícios do Parque do Ibirapuera por interferências políticas. A partir daí, observou-se retrocesso expressivo: em 1960 havia em todo o estado 1845 grupos escolares, 714 deles instalados em barracões de madeira ou em prédios de alvenaria não construídos para escola, adaptados.

Para enfrentar a questão foi criado por Carvalho Pinto, então Governador do Estado, em 1959, o FECE (Fundo Estadual de Construções Escolares), com a finalidade de atendimento às redes de ensino primário, secundário e profissional. Pela primeira vez houve a contratação de grande número de escritórios de arquitetura, totalizando 130 projetos de setenta arquitetos, no período 1959-1962. Entre eles Vilanova Artigas e Paulo Mendes da Rocha, que deixaram sua marca nesta segunda fase do Convênio Escolar paulista.

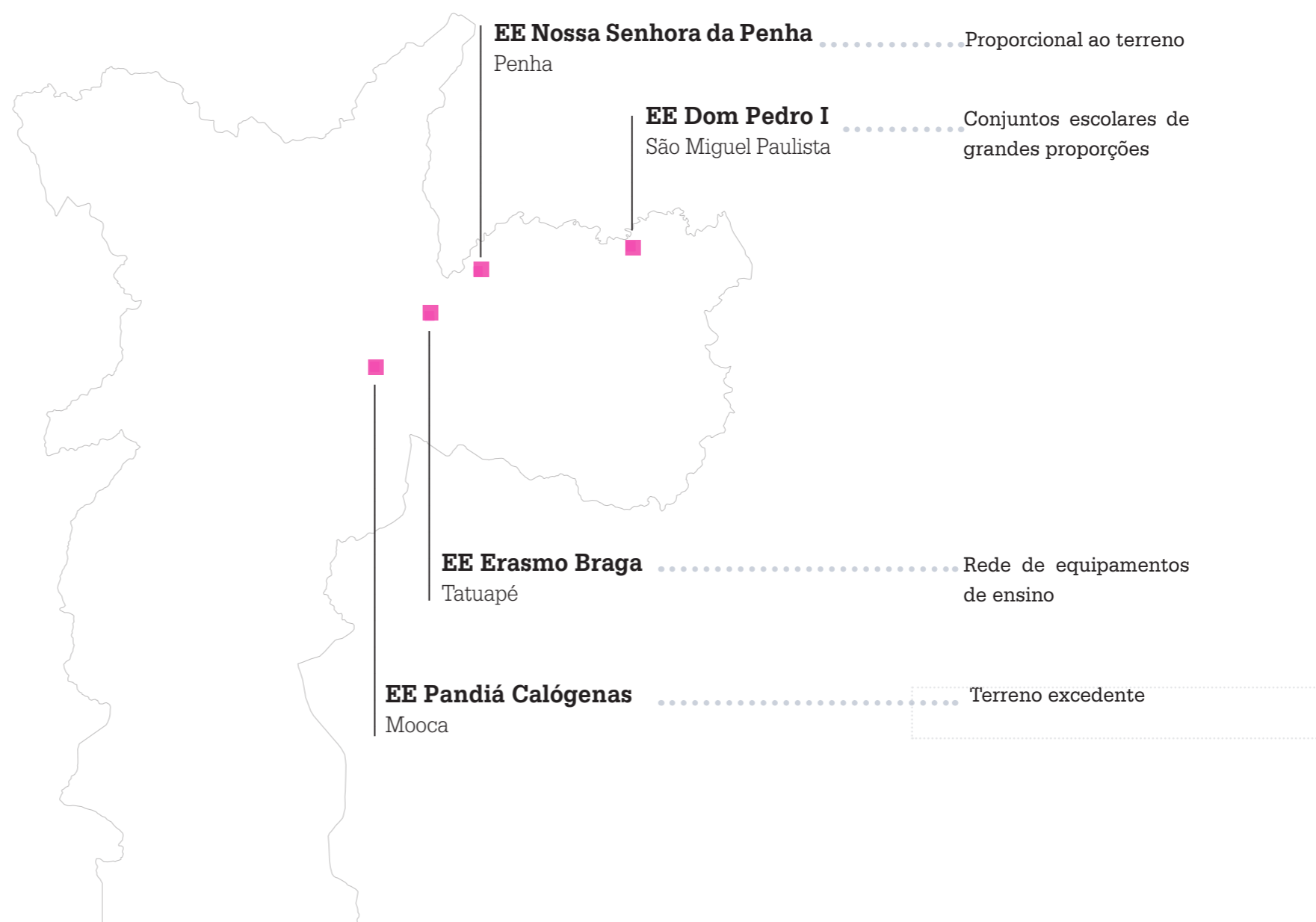


QUATRO IMPLANTAÇÕES

um contorno

A imagem ao lado é capaz de falar por si só: muros e mais muros. Podemos até confundir e achar que já conhecemos alguma dessas escolas. Afinal de contas “esse muro é idêntico ao muro que tenho no meu bairro”. Pelo contrário, o que há atrás desses muros são projetos únicos. Foram construídos num momento de efervescente produtividade intelectual, auge da escola carioca e paulista de arquitetura. Momento político muito oportuno para investimentos em obras públicas. Estes projetos foram sucessivamente escondidos por muros que se tornam cada vez mais altos e agressivos. E hoje a agressividade é tamanha que não se tem ideia de como seria possível manter as escolas sem eles e, permitindo-me uma ironia, também não se tem ideia de como é ser estudante e cidadão sem eles.

Temos convicção da necessidade de reinserção deste enorme equipamento público de ensino na paisagem urbana, sobre a importância de pensar em seu futuro físico, patrimonial e simbólico para a cidadania. Para este Trabalho Final de Graduação foram estudadas quatro escolas do Convênio Escolar presentes no livro “Arquitetura Escolar Paulista – Anos 1950 e 1960...” São Paulo (Fundação para o Desenvolvimento da Educação). Cada caso foi escolhido pela identificação de características de implantação recorrentes em outros projetos. São eles:



<< Página 34 e 35, da esquerda para a direita, de cima para baixo:

EMEI Presidente Dutra,

EE Pandiá Calógenas,

EE Erasmo Braga,

EE Conselheiro Crispiniano,

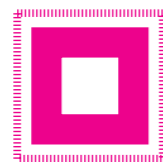
EE Alberto Conté,

EE Cesar Martinez,

EE Nossa Senhora da Penha e

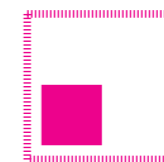
EE Dom Pedro I.

Fotos autorais. Novembro 2017.



Proporcional ao terreno

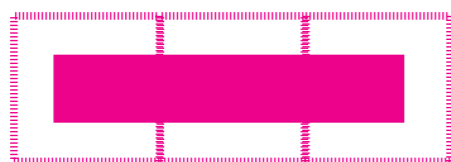
quando os volumes do edifício são compatíveis com a área do terreno, isto é, a proporção de área construída por área de terreno público é próxima de um coeficiente de aproveitamento justificável, assim como um coeficiente de proporção terreno (m^2) pelo número de alunos. Nestes casos existe a tendência à ocupação perimetral do lote e os recuos de frente são estreitos ou inexistentes. A diretriz inicial para este tipo de implantação prevê a necessidade do desenho das bordas para o contato imediato do edifício com a rua.



Terreno excedente

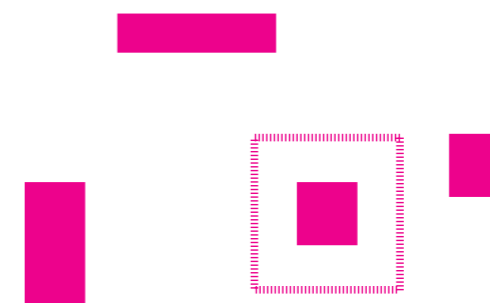
quando a taxa de ocupação é muito baixa, desproporcional. Quando há terreno em excesso para a demanda escolar. Não é bem-vindo ter terreno público subutilizado sem cumprir absolutamente nenhuma função social, principalmente porque a oferta de terrenos públicos é escassa. Nesses casos a proporção de área construída por área do terreno é pequena, assim como a taxa de ocupação e o coeficiente de proporção terreno (m^2) pelo número de alunos.

Considerando a escassez de terrenos públicos disponíveis e a demanda por outros equipamentos no bairro, serão bem-vindos novos usos e/ou edificações públicas nesses casos. O processo de intervenção edificante não deve interferir no mérito do patrimônio existente, ao contrário, deve valorizar o exercício da função pública do conjunto.



Conjuntos escolares de grandes proporções

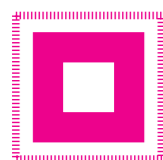
quando o complexo de edifícios está dentro de lote desproporcionalmente grande, ocupando a quadra inteira, na maioria dos casos. A consequência é o perímetro de muros absurdamente grande e enigmático, atrás dos quais poderia haver uma grande indústria, um centro de logística ou qualquer outra construção pública ou privada. A escola, sempre com as portas fechadas, tem uma ou duas entradas no máximo. Certamente este é o tipo mais grave de todos pelo impacto urbano que gera. Para este caso sugere-se aplicar as diretrizes dos dois tipos anteriores, conforme seja a situação relativamente ao coeficiente de aproveitamento e à taxa de ocupação existentes, caso a caso. A princípio, a diretriz complementar para este tipo considera a possibilidade de fragmentação do complexo escolar em várias administrações escolares, aumentando simultaneamente o número de acessos e de vínculos da escola com o exterior. Apesar desta fragmentação poderiam ser compartilhados os espaços comuns interiores: quadras, bosques, teatro, e o que mais houver em comum nos programas pedagógicos.



Rede de equipamentos de ensino

uma vez prevista no Convênio Escolar a importância de educar para além da escola, bibliotecas teatros e parques infantis foram construídos para fazer parte de conjuntos escolares: uma visão abrangente do bairro, uma oportunidade de encontro e convivência social muito importante. Esse vínculo ainda existe porque os edifícios estão lá, mas na maioria dos casos e para a grande maioria da população, ele não é perceptível. A descaracterização do espaço público não está só no muro, é também gritante no desenho do percurso, da rua e na travessia da grande avenida. A diretriz proposta para este caso é a criação de um projeto vinculando rede de equipamentos públicos existentes.

-  Penha
-  Rua P. Benedito de Camargo, 762
-  2000 alunos
-  46 turmas
-  matutino, vespertino e noturno
-  Ensino Médio e curso de línguas



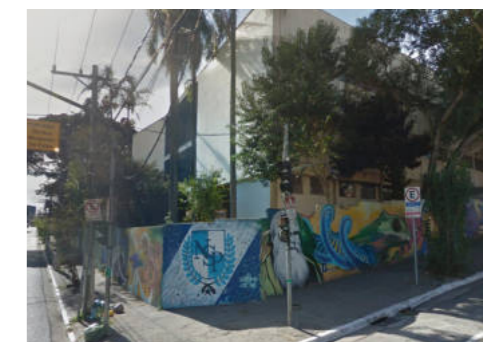
EE Nossa Senhora da Penha

Arquiteto: **Eduardo Corona**

(Porto Alegre 1921- São Paulo 2001)

Ano: **1951**

A Escola Estadual Nossa Senhora da Penha, inicialmente chamada de Colégio (ou Ginásio) Estadual da Penha, tem a oferecer registros fotográficos que comprovam que a dimensão pública do edifício escolar na paisagem foi rompida à medida que foram se erguendo seus muros. A memória dos antigos moradores é a parte mais viva que resta da sua função cívica. Não à toa, seu corpo docente é composto, em grande parte, por ex-alunos.



^ Foto da década de 70 da entrada lateral disponível em: <http://www.formarte.com.br>

^ Situação atual

(Google street view julho 2017)

< Foto retirada de artigo de Maria Alice Junqueira Bastos para AU "A escola-parque: ou o sonho de uma educação completa (em edifícios modernos)"

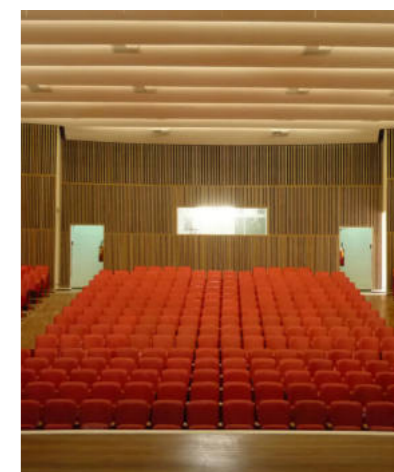
< Foto da fachada principal fornecida pelo arquivo da escola



Não se tem a informação exata sobre quando gradis e muros começaram a interferir no projeto original. Segundo os relatos, até 1958 a escola era limitada por muretas de aproximadamente um metro de altura. Os relatos pessoais sobre a escola e o bairro são muitos e relevantes: as meninas e os meninos faziam educação física separadamente, o que certamente foi significativo para o programa arquitetônico e pedagógico; as turmas eram de quarenta e oito alunos; a piscina era muito pequena e, por problemas de manutenção e/ou por um motivo dimensional, acabou sendo suprimida; os alunos frequentavam a biblioteca da Penha para desenvolvimento de suas pesquisas escolares, prática desconhecida pelos jovens de hoje, o que evidencia a necessidade da biblioteca se reinventar e se recolocar no espaço urbano.

A escola passou por diversas reformas e o projeto original sofreu várias intervenções que o descaracterizaram parcialmente: num espaço, antes administrativo, funciona atualmente um centro de línguas; algumas áreas administrativas foram suprimidas para dar lugar a outras demandas programáticas; a piscina foi removida e em seu lugar

foi construída uma quadra padrão da prefeitura dos anos 2000; o piso, que era de taco, foi substituído por cimento queimado devido à proliferação de pulgas e ao estrago causado por cupins; todas as salas de aula receberam câmeras desde que o número de roubos de celular se tornou alarmante; recentemente fundos privados financiaram a reforma da cobertura e do teatro da escola, que está impecável e dentro das normas técnicas de segurança. Desde 2009 a Escola só oferece o curso de Ensino Médio: dezessete turmas de manhã, dezessete turmas à tarde e 12 turmas à noite. Cada turma tem obrigatoriamente quarenta alunos, no máximo. Apesar disso, algumas salas de aula continuam com área suficiente para quarenta e oito alunos, respeitando o projeto original. A escola tem demanda maior que a oferta de vagas, apesar do bairro da Penha ser antigo e sua população jovem não ser tão significativa. Em virtude de sua tradição e reconhecimento é procurada também por alunos de outros bairros. Todas as vagas são preenchidas anualmente e o número de salas de aula hoje mais do que dobrou em relação ao projeto original.



Situação atual

Área do Terreno: 4.750 m²

Área Construída: 4.920 m²

Área de Projeção: 2.447 m²

Área Permeável: 966 m²

2,37 m² por aluno

CA (Coeficiente de Aproveitamento) 1,03

TO (Taxa de Ocupação) 51 %

Taxa de Permeabilidade 20 %

<< Foto da circulação interna da secretaria

<< Foto da piscina com os alunos no horário de recreio

> Foto do teatro reformado recentemente

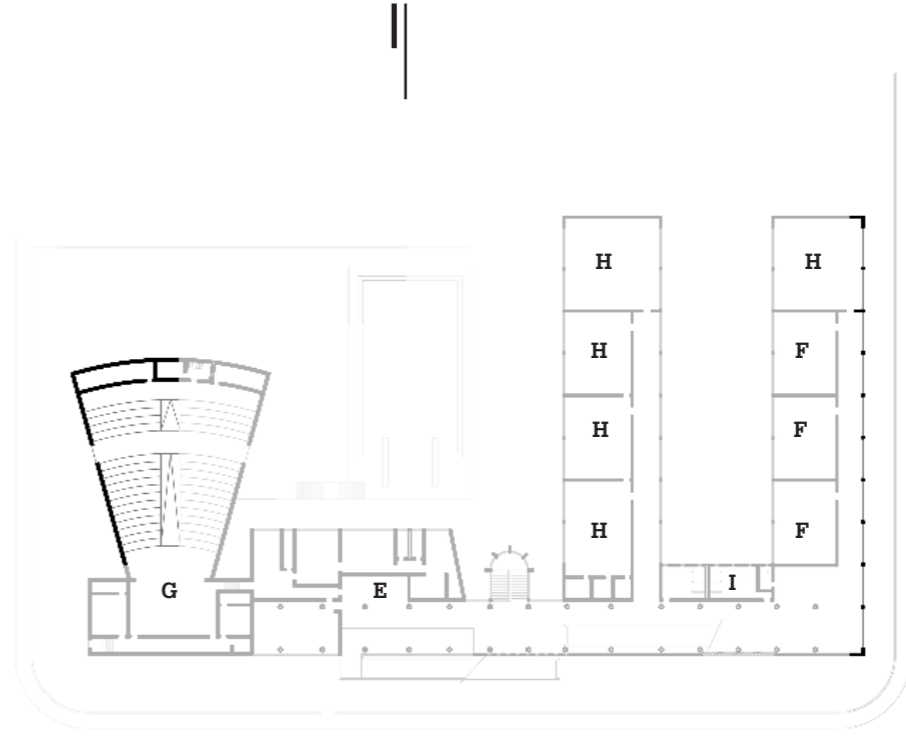
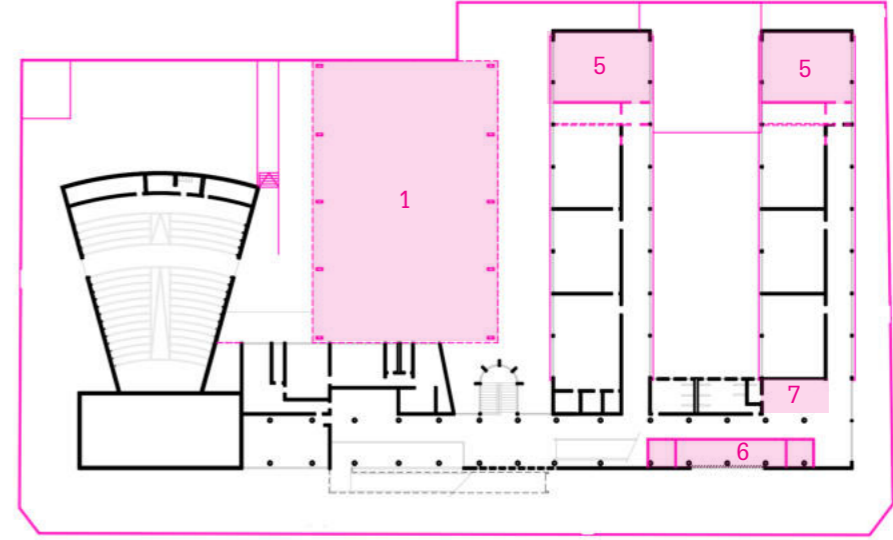
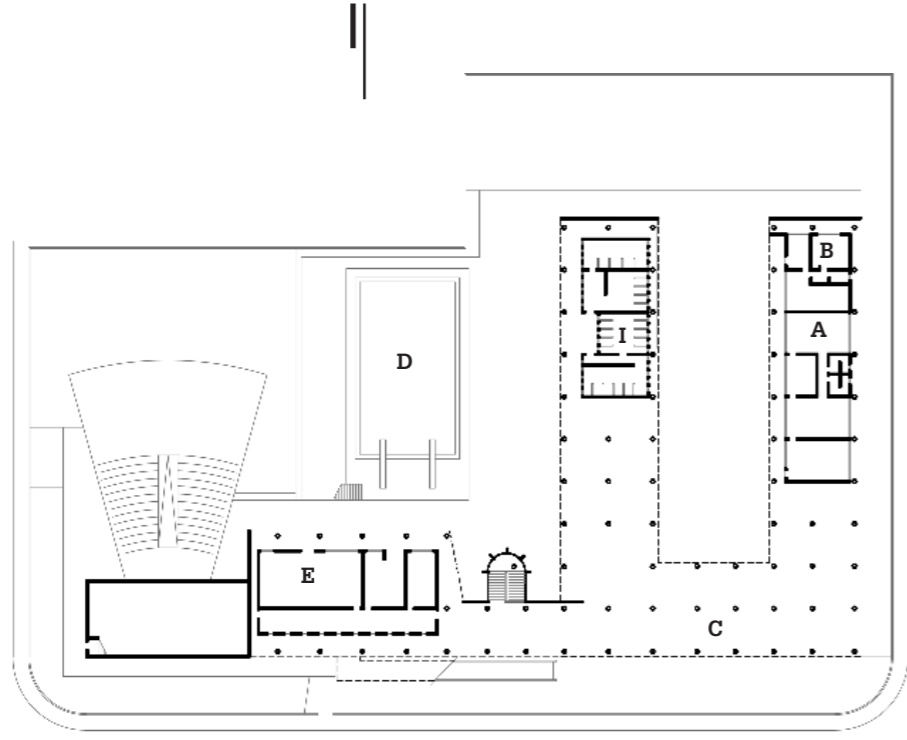
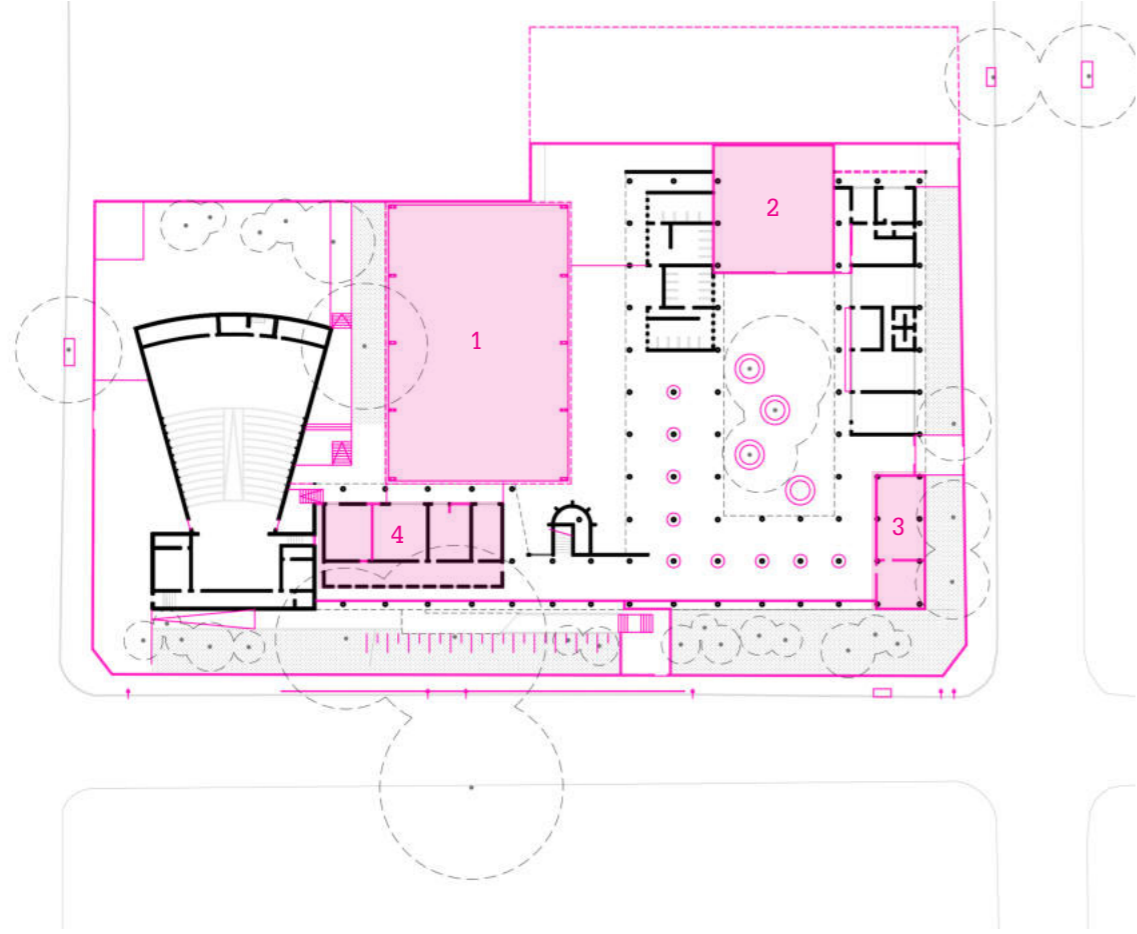
> Foto do teatro antes da reforma

> Foto histórica do teatro.

Todas as três imagens estão disponíveis em:

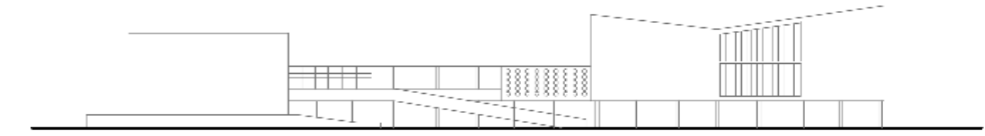
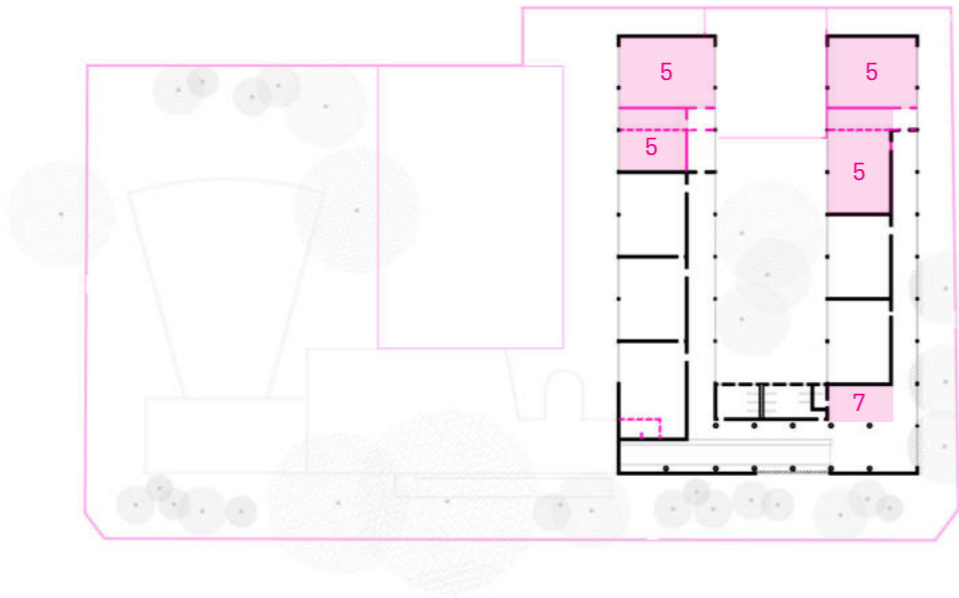
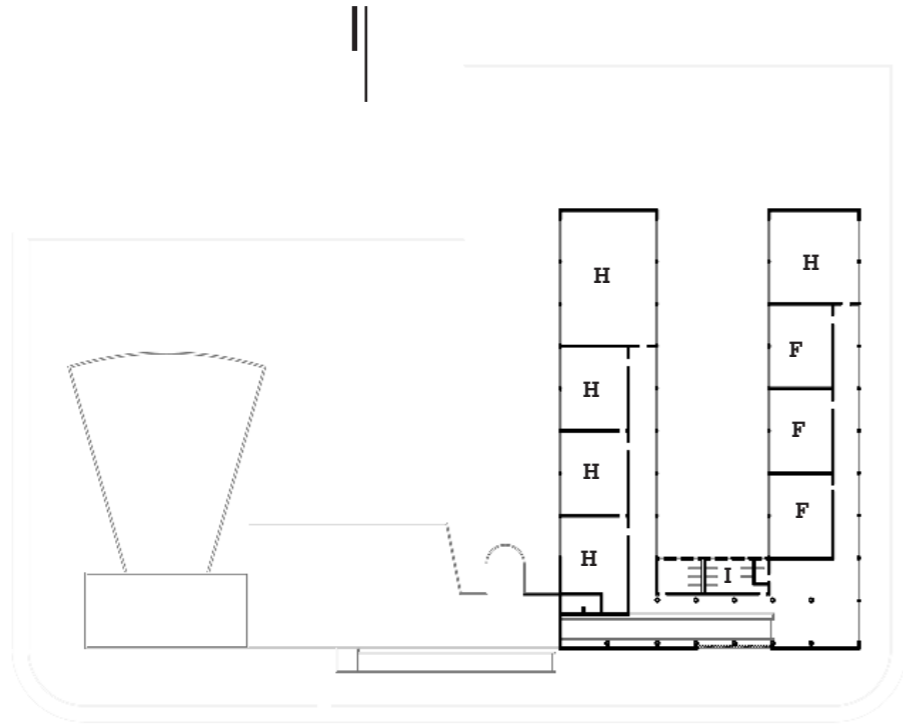
<http://www.formarte.com.br>



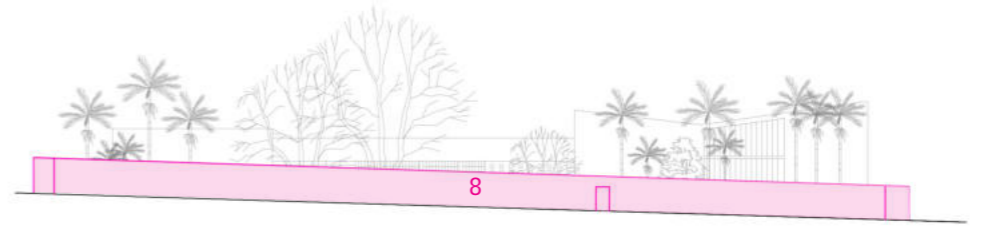


- | | | |
|----------------------------|-------------------------|------------------------|
| A. serviços médicos | D. piscina | G. teatro |
| B. zelador | E. direção | H. laboratórios |
| C. piloti | F. salas de aula | I. banheiros |





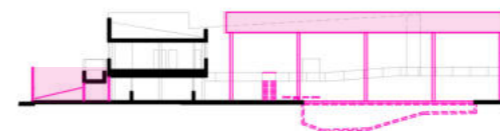
Corte longitudinal 1951



Corte longitudinal SITUAÇÃO ATUAL



Corte transversal 1951



Corte transversal SITUAÇÃO ATUAL

1. **quadra** obstruindo a única área ensolarada
2. **biblioteca** interseccionando pilotis
3. **cantina**
4. **escola de línguas**
5. aumento da demanda por **salas de aula** consumiu as salas dos laboratórios
6. **arquivo** para armazenamento de documentos
7. espaços de encontro deram lugar a **depósitos**
8. **muro** por toda extensão



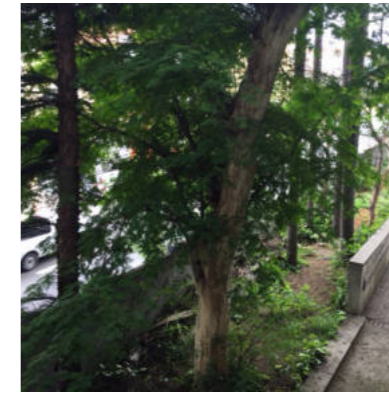
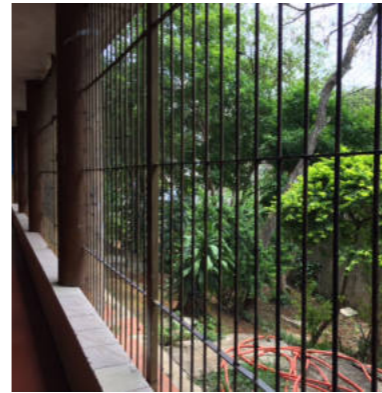


1, 6, 8, 9, 12, 13 | Gradis
2, 14, 10 e 15 | Implantação da quadra trouxe prejuízos para a insolação e acústica do bloco servido e do bloco servidor.
3 e 5 | Espaço livre e luminoso debaixo das rampas consumido por salas para arquivar documentações da escola.



5

8



13

1



3



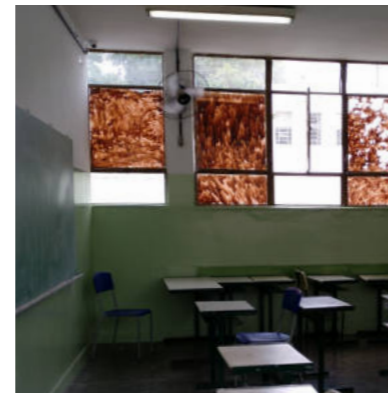
6

4, 6 e 8 | Como a escola tem se relacionado com o perímetro urbano que tange: gradil-trecho sem acesso-muro
7 | Redistribuição de pa redes internas por novas exigências programáticas.



11

2



7

9



12

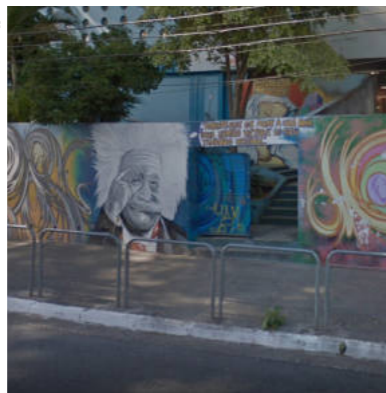


14

4



4



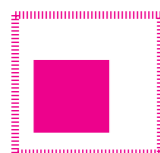
7 e 11 | Vidros das janelas da sala de aula foram pintados pelos próprios alunos para conter o ofuscamento da lousa.
9 | Substituição dos caixilhos originais.

10



15





EE Pandiá Calógenas

Arquiteto: **Hélio Duarte**

(Rio de Janeiro 1906 – São Paulo 1989)

Ano: **1949**

-  Mooca
-  Avenida Paes de Barros, 1025
-  520 alunos
-  18 turmas
-  matutino e vespertino
-  Fundamental I

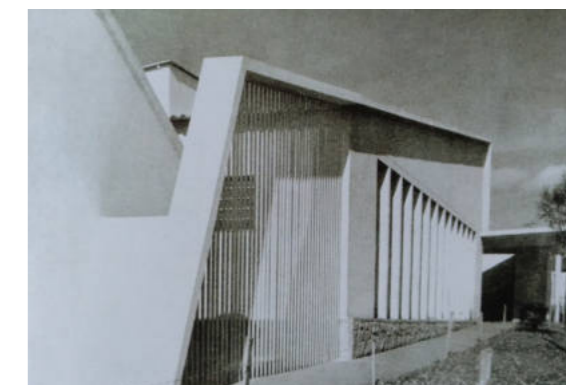
A Escola Estadual Pandiá Calógeras é um caso típico de terreno excedente. Para ela propomos, como diretriz inicial, melhorar o aproveitamento do terreno público. Nos primeiros desenhos a escola foi o único equipamento proposto no terreno. Poucos anos depois já se encontram registros do projeto do teatro Artur de Azevedo, do Arquiteto Roberto Tibau (Rio de Janeiro 1906 – São Paulo 1989), construído ao lado. Portanto, a chamada por novos usos no terreno já havia sido demandada ou prevista. De qualquer forma, este terreno segue sendo subutilizado. Prova disso é a proporção do número de alunos em relação à área do terreno. Além disso, a escola possui grandes áreas impermeáveis cujo uso é definido atualmente como estacionamento.



^ e > Fotos da fachada principal extraídas do livro "Arquitetura Escolar Paulista – Anos 1950 e 1960.." FDE

^^ Vista da Avenida Paes de Barros atualmente

(Google street view junho 2017)



Segundo relatos de ex-alunos, a escola sofreu inúmeras intervenções ao longo dos anos, fechando todos os espaços livres, a fim de ter maior controle dos estudantes. Isso é evidente pelo bloqueio ao acesso do jardim de inverno, pelo inexistente contato com o recuo de frente e, no fim das contas, a criança só tem acesso no dia a dia a um dos espaços livres: a quadra coberta. Ou seja, toda essa área excedente, todo esse espaço é residual e as crianças não têm acesso a nenhum bosque proposto pelo Convênio Escolar.

Atualmente a escola possui nove turmas no período da manhã e outras nove no período da tarde. Em geral, cada turma tem por volta de 30 alunos. Hoje algumas salas de aula estão paradas por falta de demanda. A redução na demanda pode ter como razão a localização da escola em bairro de renda familiar elevada, afinal de contas, as famílias que tem mais condições financeiras, em geral, colocam seus filhos em escolas particulares. A escola conta com apenas 35 funcionários. A falta de professores se deve ao fato de que os profissionais optam por trabalhar na Prefeitura que oferece melhores salários, praticamente o dobro do Estado.

Situação atual

Área do Terreno: 6.800 m² - não considera o teatro

Área Construída: 3.394 m²

Área de Projeção: 2.595 m²

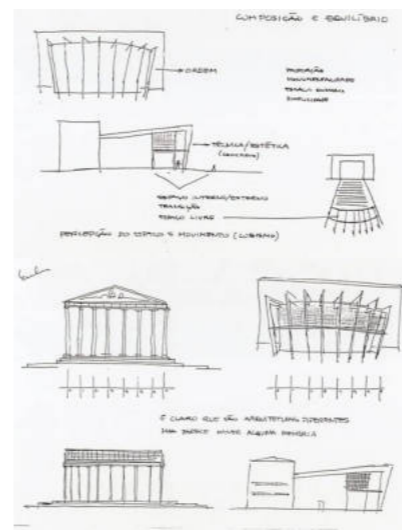
Área Permeável: 1.877 m²

13,07 m² por aluno

CA (Coeficiente de Aproveitamento) 0,49'

TO (Taxa de Ocupação) 38 %

Taxa de Permeabilidade 27 %



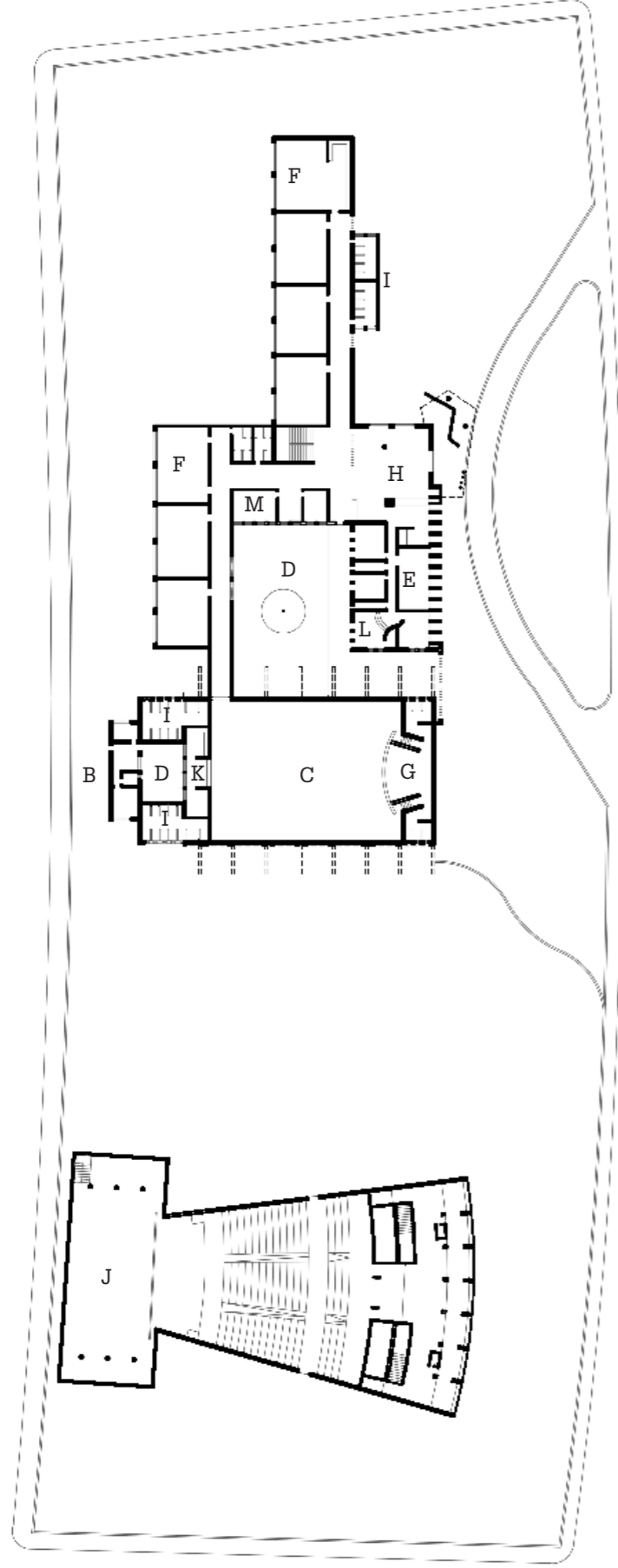
^ Desenhos fornecidos pela EDIF disponíveis em <http://www.lazuliarquitetura.com.br/>

> Foto do Teatro Arthur de Azevedo da década de 70, já podemos ver a presença do muro ao lado da escola Pandiá Calógenas. Disponível em <http://www.lazuliarquitetura.com.br/>

A escola já passou por inúmeras reformas e acréscimos. A quadra coberta foi construída em 2013 no padrão da Prefeitura, sua implantação no terreno é extremamente prejudicial, esta colada à face do edifício das salas de aula. Mais recentemente, em setembro de 2016, a escola passou por reformas com contrato no valor de R\$ 2,83 milhões para construção de passeios públicos, muro de arrimo, piso do estacionamento, pintura e intervenções para conclusão do projeto de restauro. Lamentavelmente o dinheiro foi gasto com soluções paliativas e de discutível prioridade.

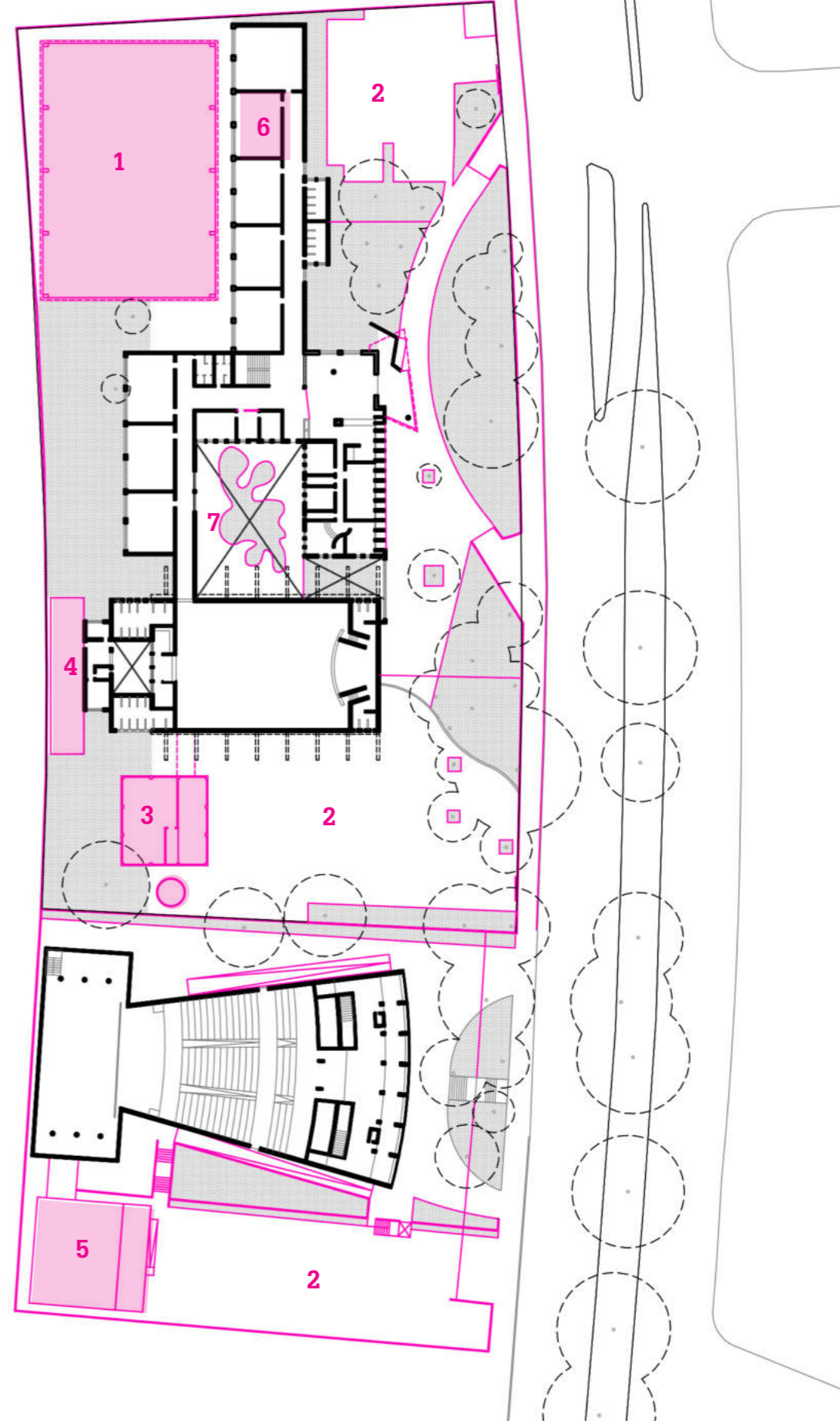
Uma questão injustificável é a existência de três estacionamentos: um para o teatro (cuja demanda é maior à noite), um para os professores e outro para alunos. Segundo informações dos funcionários da escola, há necessidade de um estacionamento para alunos porque a maioria deles é levada para a escola no veículo dos pais. A Avenida Paes de Barros, por ser de grande movimento, não permite o desembarque na calçada. Se as crianças não vêm de carro, vêm a pé ou de transporte coletivo privado.





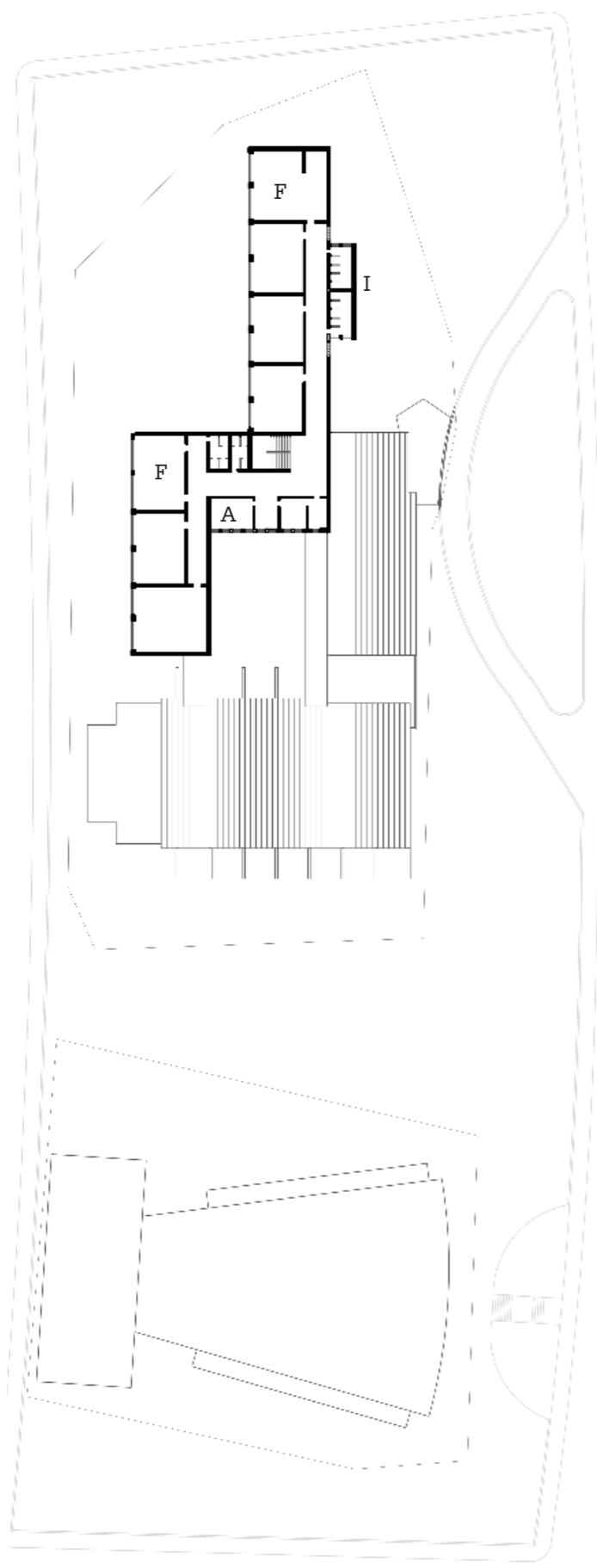
- A. serviços médicos
- B. zelador
- C. recreio
- D. jardim
- E. direção
- F. salas de aula
- G. palco
- H. entrada
- I. banheiros
- J. teatro
- K. cozinha
- L. bibliotecas
- M. guardados

Pavimento térreo **SITUAÇÃO ATUAL**

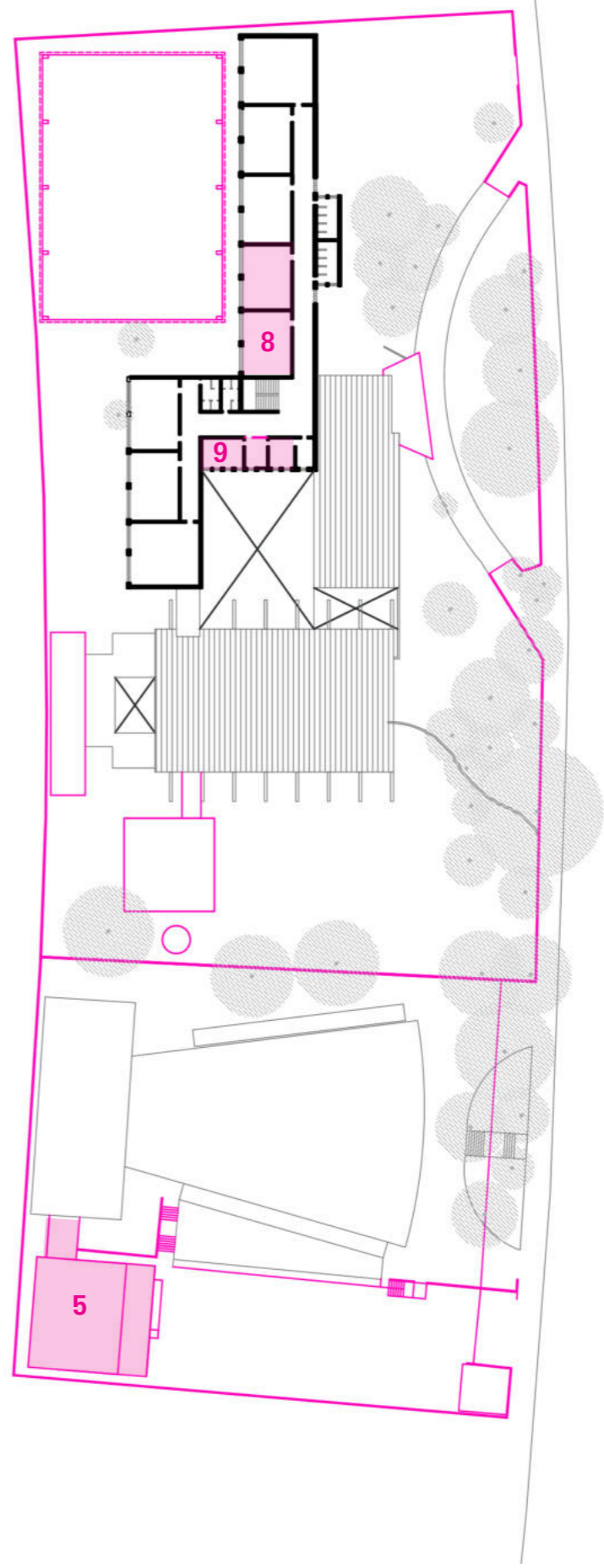




Primeiro pavimento 1949

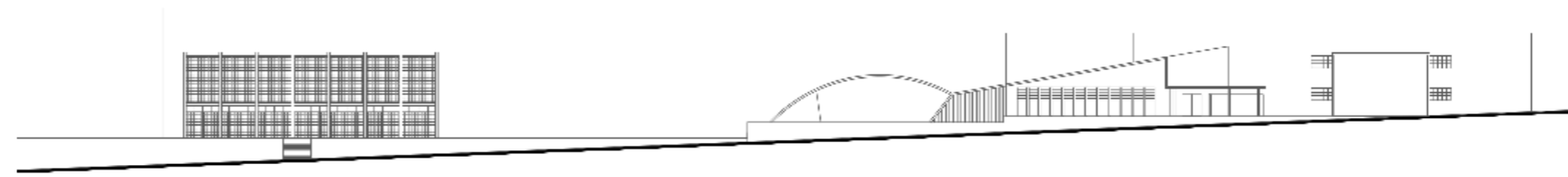


Primeiro pavimento **SITUAÇÃO ATUAL**

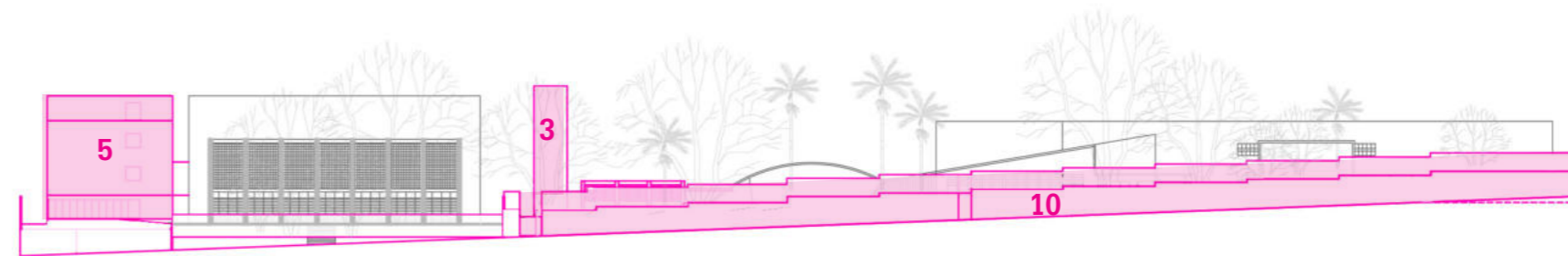


20m 40m

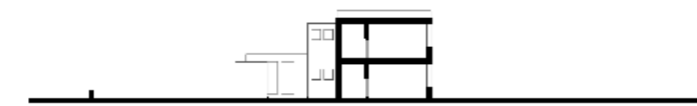
observação: os desenhos que ilustram o projeto original foram extraídos do livro "Arquitetura Escolar Paulista - Anos 1950 e 1960." publicado pelo FDE. A escola foi entregue em 1949 com algumas alterações em relação a este desenho levantado no livro.



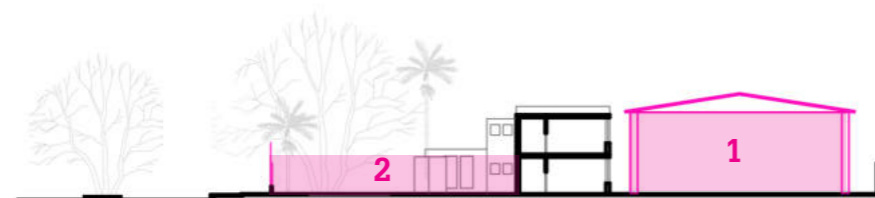
Fachada Avenida Paes de Barros 1949



Fachada Avenida Paes de Barros
SITUAÇÃO ATUAL



Corte transversal 1949



Corte transversal SITUAÇÃO ATUAL

1. **quadra** implantada ao lado das janelas das salas de aula
2. Três **estacionamentos**: um para o teatro, outro para pais e outro para professores
3. Edificação nova para **cozinha e refeitório**
4. Ampliação da casa do **zelador**
5. **escola de teatro**
6. Salas de aula deram lugar a **biblioteca e sala de video**
7. **jardim** com acesso bloqueado
8. **salas** desocupadas por baixa demanda
9. **depósitos/arquivos**
10. **muro** por toda extensão

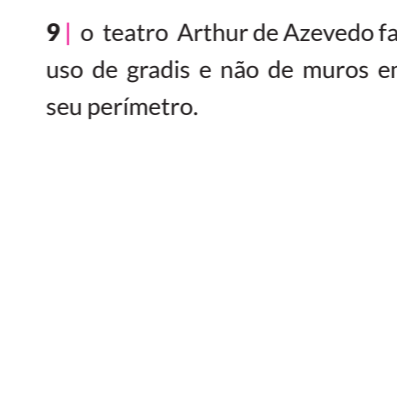
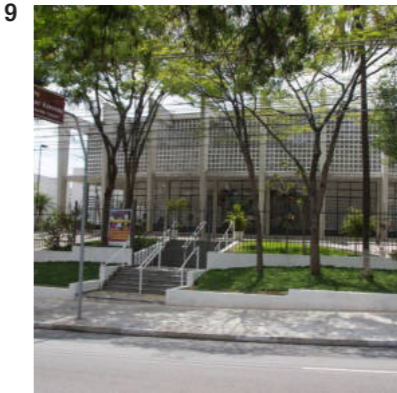
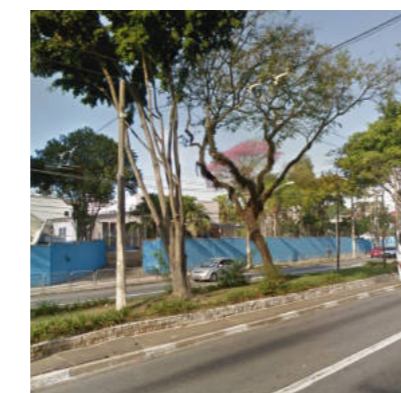
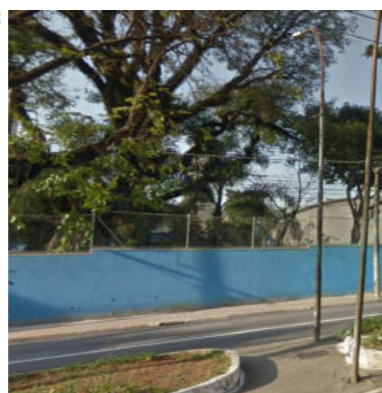


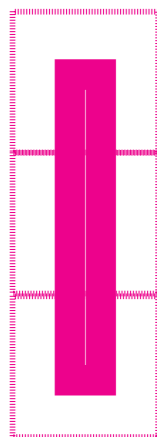








3 | o muro se soma a um gradil em altura ao longo da Avenida Paes de Barros

4 e 7 | As muretas originais se conservam até hoje apesar de cumprirem o papel de limite para o canteiro

1, 2, 4, 5, 7, 11 e 12 | Mar de concreto em estacionamentos e nos caminhos para a entrada





-  São Miguel Paulista
-  Rua Américo Gomes da Costa, 59
-  1668 alunos (EE) + 1233 alunos (EMEF)
-  43 turmas (EE) + 40 turmas (EMEF)
-  matutino, vespertino e noturna
-  médio (EE) e fundamental I e II (EMEF)

EE Dom Pedro I + EMEF Arquiteto Luis Saia

Arquitetos:

Carlos Pitombo

(São Paulo 1921 – São Paulo 1980)

Roberto Tibau

(Rio de Janeiro 1906 – São Paulo 1989)

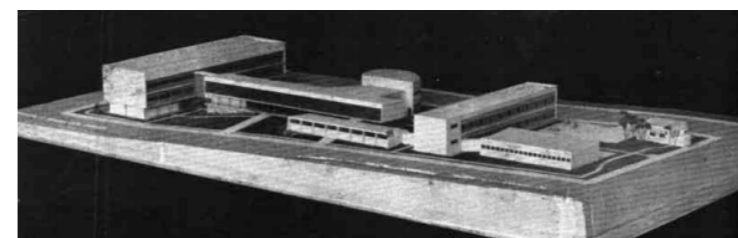
José Arruda

Ano: **1955**

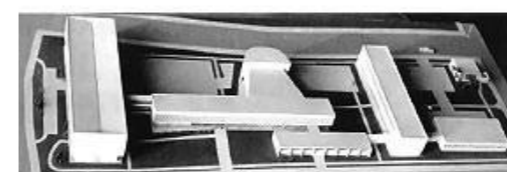
A planta do conjunto escolar Dom Pedro I é claramente Corbusiana. Difícil passar os olhos por ela e não querer apreciar o projeto. O fato de ter o corpo do teatro independente do conjunto e a conexão das lâminas por passarelas e passeios nos passa a sensação de que tudo se comunica e de que tudo funciona organizadamente. Na visita a escola encontramos um edifício descaracterizado de sua essência.



^ Foto datada de 1956 dos jardins entre os volumes da Escola hoje chamada de EMEF Arquitetos Luis Saia. Disponível em http://www.arquitetonica.com/historico_revista5/ArquitetoRobertoJoseGoulartTibau



< Maquete fotografada em 1959 retirada da Revista Engenharia Municipal 13ª edição



<< Foto retirada de artigo de Maria Alice Junqueira Bastos para AU "A escola-parque: ou o sonho de uma educação completa (em edifícios modernos)"

Os volumes estão exatamente como propostos, porém atualmente existem duas escolas independentes e desconectadas: uma estadual de Ensino Médio (EE Dom Pedro I), outra municipal, EMEF Arquiteto Luis Saia, de Ensino Fundamental I e II. Desde o princípio a diretriz de intervenção que prevíamos para este caso de implantação era fragmentar o conjunto em mais de uma administração escolar, sem que o conjunto escolar perdesse a possibilidade de usufruir dos espaços comuns úteis para as demandas pedagógicas de todas as escolas envolvidas. A fragmentação já existe, porém não há qualquer conexão entre as duas unidades educacionais.

Conversou-se com um ex-aluno de 1987. No seu tempo a escola era de Ensino Fundamental e Médio. Tinha curso de magistério e curso técnico de desenho de edificações, com sala específica para desenho onde hoje é a secretaria. O muro da escola na sua época de estudante era vazado. No patamar de intervalo das rampas havia um mural que era usado pelos alunos, elemento que foi lembrado saudosamente. Atualmente o teatro, apesar de seu estado precário, é solicitado por outras escolas e instituições. Existe até uma agenda que organiza seu funcionamento. O teatro tem quatrocentos lugares aproximadamente, porém muitos assentos estão inutilizados. A sala de educação física prevista no projeto do Convênio Escolar segue sendo utilizada pelos alunos como sala de ginástica.

Atualmente os alunos estão distribuídos em quarenta e três turmas: dezesseis turmas de manhã, dezesseis turmas à tarde e onze turmas à noite. Também possui um centro de línguas que funciona aos sábados com um total de quatrocentos e cinquenta alunos. Os centros de línguas, aparentemente, estão em grande número nas escolas de Ensino Médio e este é mais um espaço que precisa ser considerado na reformulação da arquitetura e do programa destas escolas. No total a escola conta com a colaboração de setenta



a



b



c



d



e

Fotos da direita, da esquerda e das páginas 68 e 69 (seguintes), foram extraídas de vídeo disponível no youtube com o nome "São Miguel Paulista. Um pouco de nossas histórias" elaborado por Eduardo Cavalcanti, morador do bairro.

professores e o conteúdo didático é distribuído em doze disciplinas. A escola possui alguns alunos com mobilidade condicionada: um cadeirante; um cego total (o aluno que eles têm mais dificuldades em atender em termos de conforto e aprendizagem); um aluno de baixa visão e um aluno surdo-cego (a escola possui uma interlocutora só para este aluno).

A escola passou por algumas intervenções. Sempre teve duas quadras. A maior recebeu uma cobertura em 2006 no padrão da prefeitura. Os guarda-corpos eram muito baixos e sofreram mudanças. Foram separadas as áreas livres do bloco servido e do bloco servidor, no pavimento térreo, e foi introduzido um muro que passa rente ao teatro para separar as duas escolas (municipal e estadual).

Os coordenadores do curso comentaram sobre algumas questões que nos surpreenderam e que precisamos registrar para pensarmos sobre elas. Não se trata de uma escola de bairro e sim de uma escola



f



g

Em 'a' alunas praticam esportes em horário letivo. Em 'b' time de futebol do bairro treina na quadra da escola. Em 'c' e 'd' registros da hora do intervalo que revelam características em segundo plano do edifício: elementos vazados e convivência durante o intervalo com a ausência de muros. Em 'e', registro histórico do único teatro do bairro até então. Em 'f' turma masculina e em 'g' turma feminina.



regional, próxima a transporte público de alta capacidade, onde existem várias “tribos”. Uma dessas questões é o fato de existirem alunos que têm perfil para escolas grandes, regionais e outros alunos que têm perfil para escolas menores. A escola procura identificar esses alunos com perfil para escolas menores e fazer um remanejamento com outras escolas do bairro. O aluno mal colocado apresenta pior rendimento escolar e pode desenvolver dificuldades que não teria em uma escola adequada ao seu perfil.

“A escola no centro do bairro é uma referência para eles.”

(Coordenação da EE Dom Pedro I)



h



i



j



k

Em 'h' foto de 1961 com apenas uma mureta. Em 'i', registro pouco posterior, apesar de não haver informação de data, já existem mais vegetações no jardim frontal e muro de elemento vazado na rua lateral. Em 'j', anos 90, a escola está murada mas os pilotis ainda se conservam livres. Em 'k', foto de 2017 realizada durante a visita já estão os pilotis fechados.

É preciso pintar a escola todos os anos, antes de começar o ano letivo. E um fato inesperado é a escola oferecer almoço duas vezes ao dia: às 9:30 horas para a turma da manhã, e às 15:30 horas para a turma da tarde.

Uma das preocupações dos coordenadores no momento é a atualização pedagógica para atender à proposta do novo ensino médio que prevê a permanência dos alunos na escola no período das 8:00 às 16:00 horas. Isso reduz pela metade o número de alunos atendidos por período. Como resolver a questão de espaço e número de professores?

Situação atual

Área do Terreno: 9.930 m²

Área Construída: 7.302 m²

Área de Projeção: 4.162 m²

Área Permeável: 2.462 m²

3,42 m² por aluno

CA (Coeficiente de Aproveitamento) 0,73

TO (Taxa de Ocupação) 42 %

Taxa de Permeabilidade 24 %



> Foto autoral registro de visita a escola em novembro de 2017.

^Situação atual.
(Street view junho 2017)

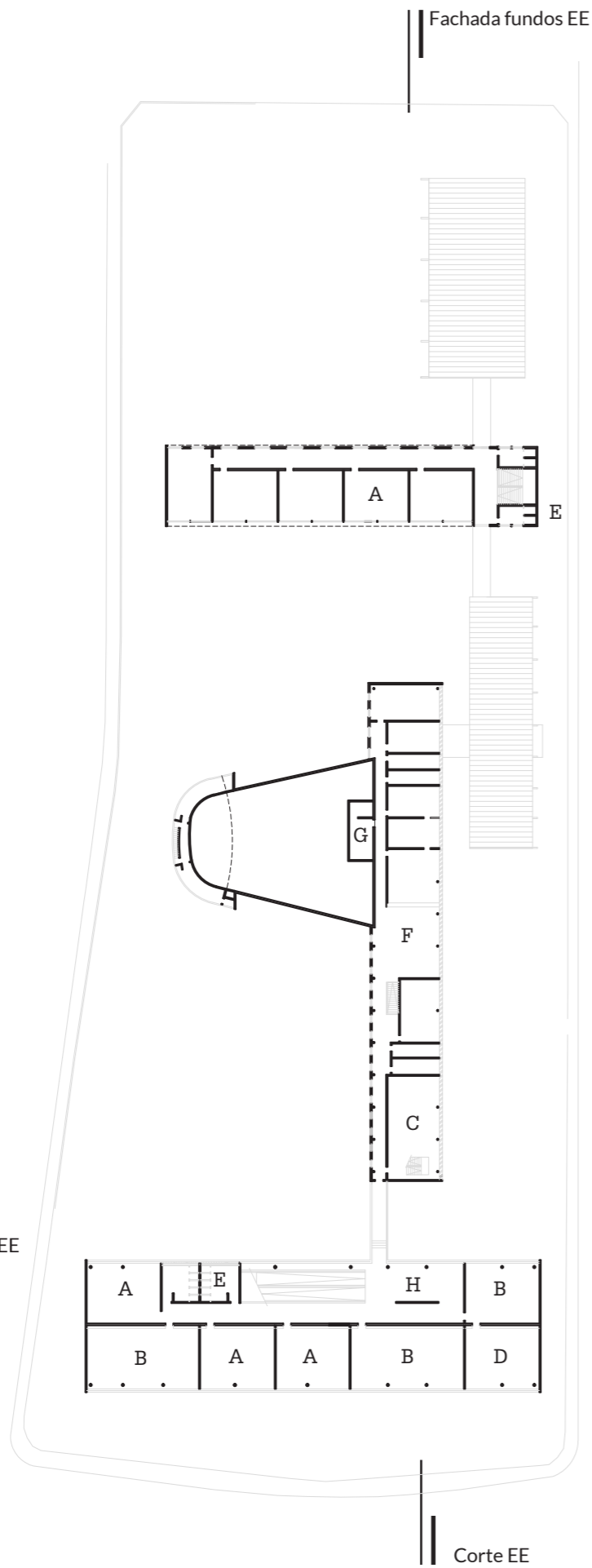


Segundo pavimento 1955



Corte EMEF

Fachada Fundos EE

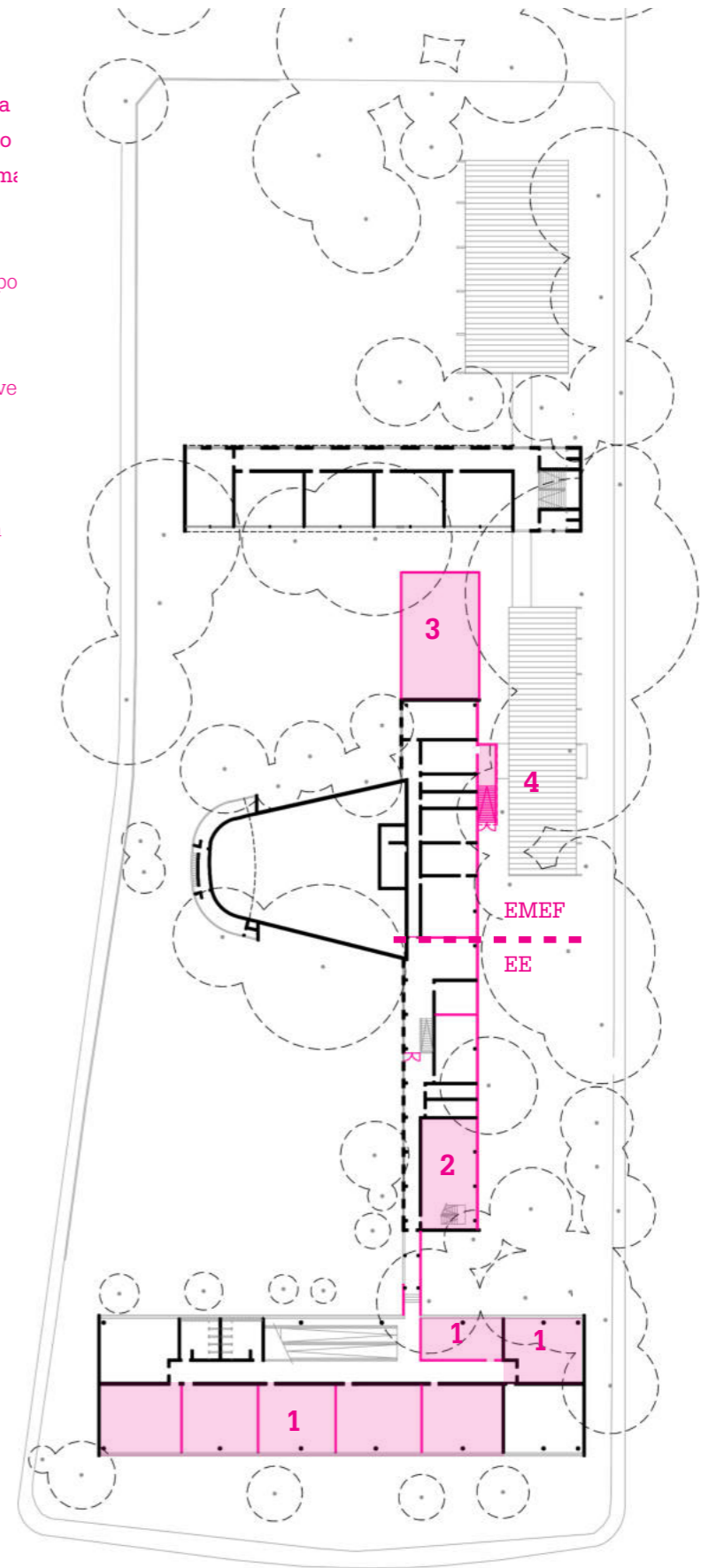


- A. salas de aula
- B. laboratórios
- C. biblioteca
- D. anfiteatro
- E. sanitários
- F. direção
- G. teatro

1. aumento da demanda por **salas de aula** pelo desmonte do programa original
2. biblioteca substituída por **sala dos professores**
3. o projeto construído teve volume longitudinal estendido
4. **escada** de acesso para EMEF Arq. Luis Saia

Segundo pavimento **SITUAÇÃO ATUAL**

Fachada Av. Marechal Tito



Rua Amé
Gomes da Costa

20m 40m



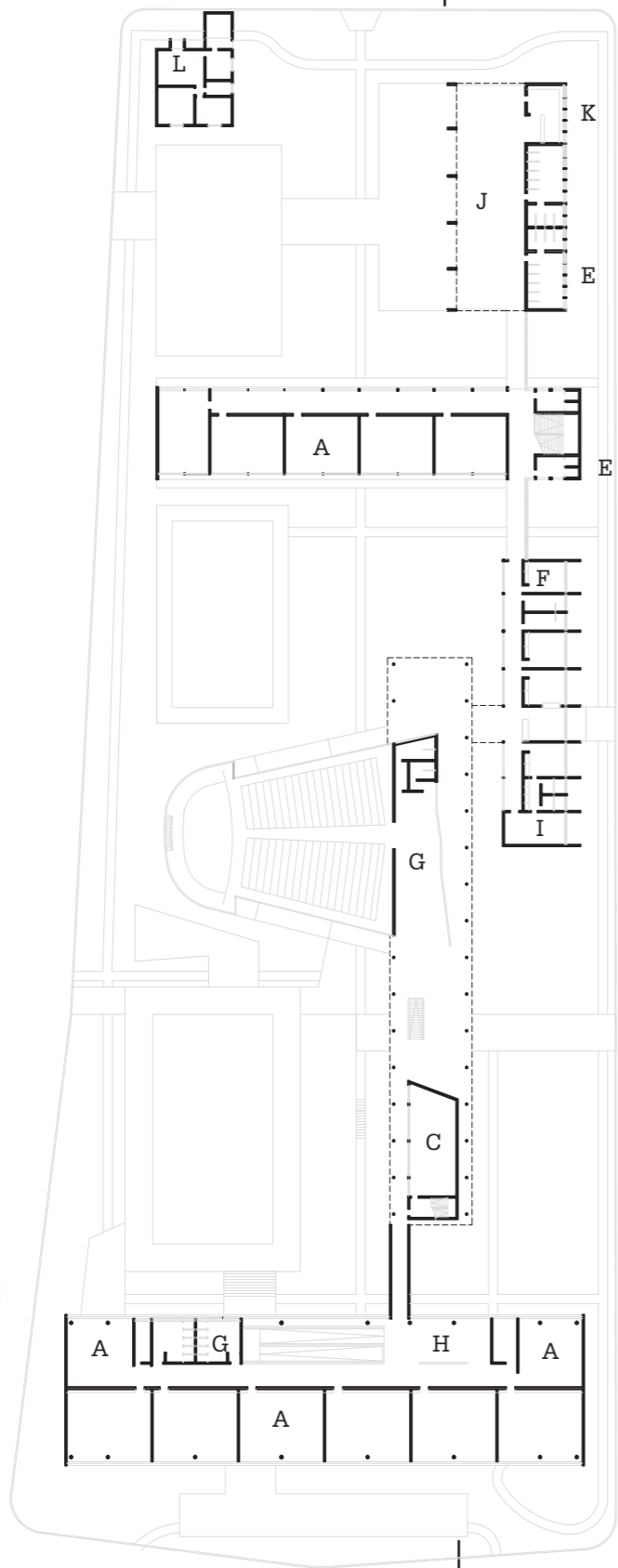
Primeiro pavimento 1955

Corte EMEF

Fachada Fundos EE

Fachada fundos EE

Corte EE



- H. hall
- I. serviços médicos
- J. recreio
- K. cozinha
- L. zelador

Primeiro pavimento SITUAÇÃO ATUAL

5

6

7

4

3

2

1

0

-1

-2

-3

-4

-5

-6

-7

-8

-9

-10

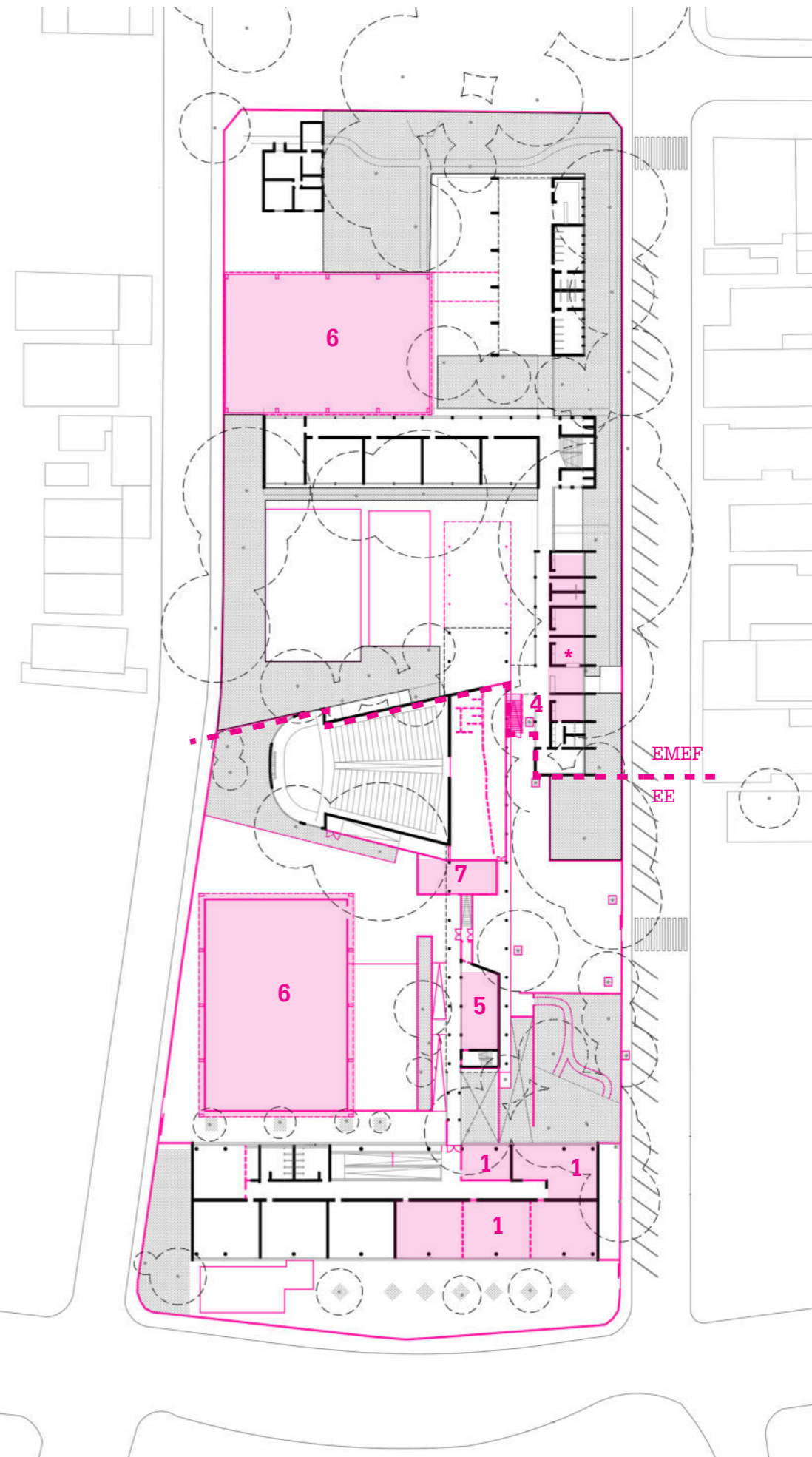
-11

-12

-13

-14

-15

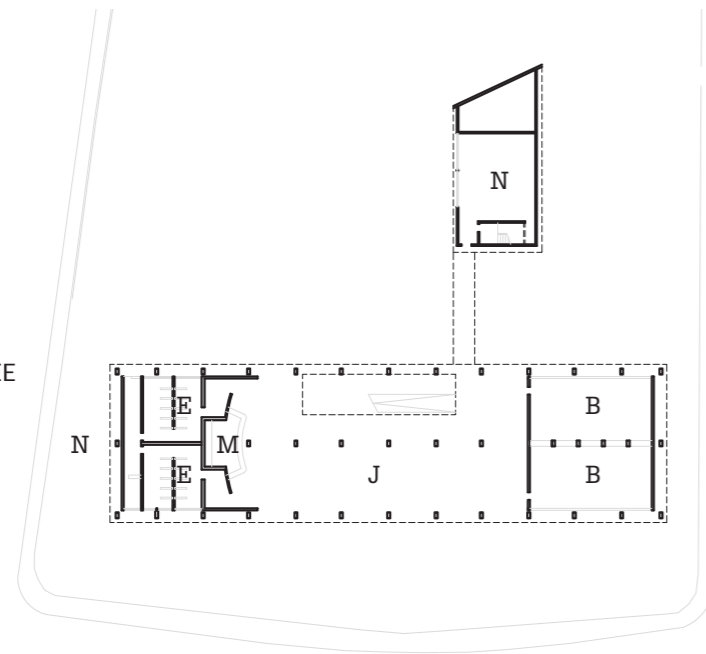


20m 40m

Pavimento térreo 1955



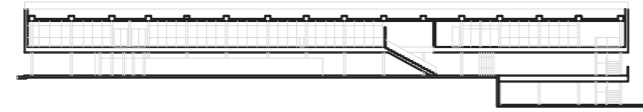
Fachada Fundos EE



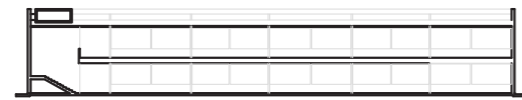
M. cantina
N. grêmio

Corte EE

Corte EE 1955

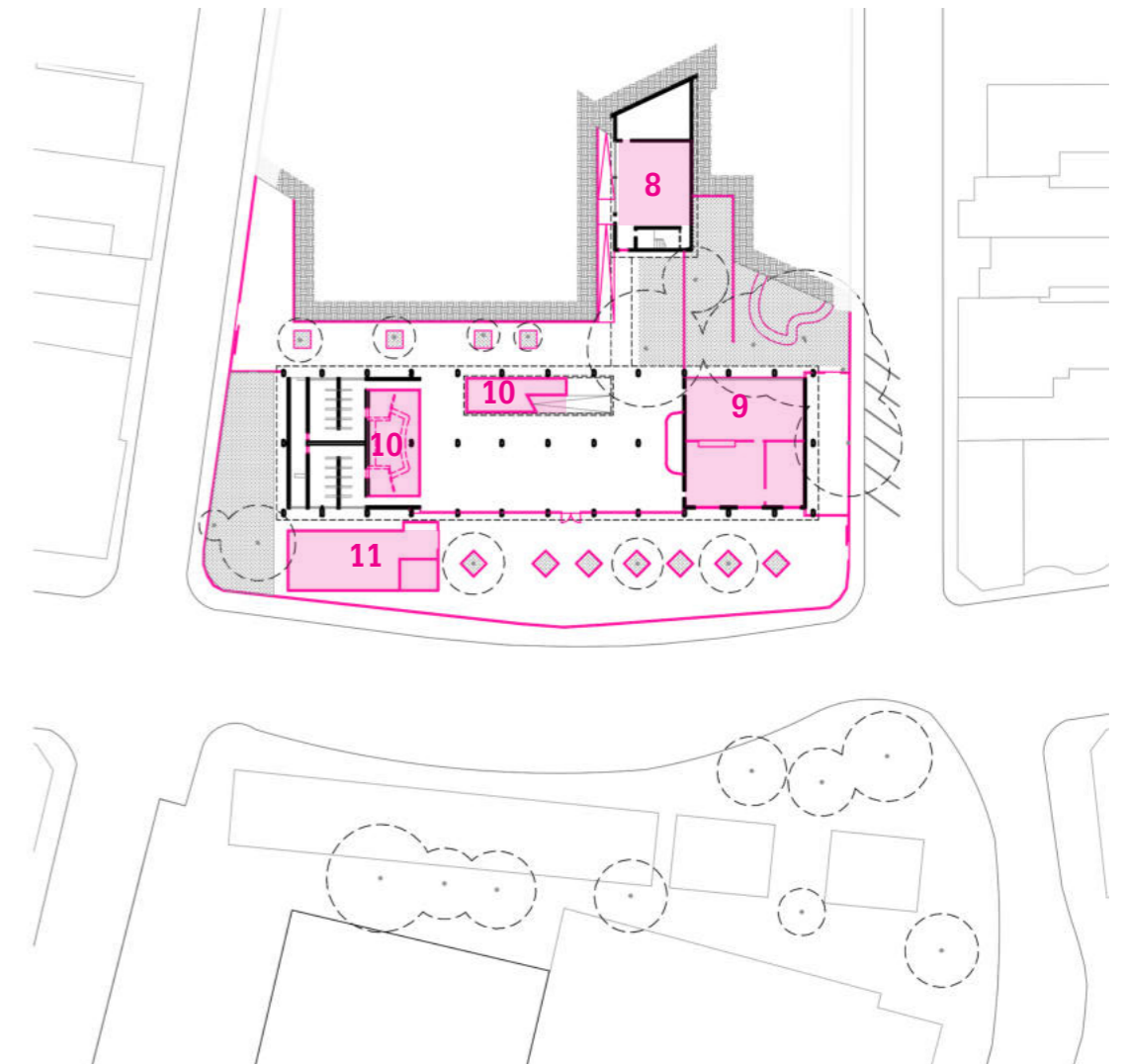


Corte EMEF 1955

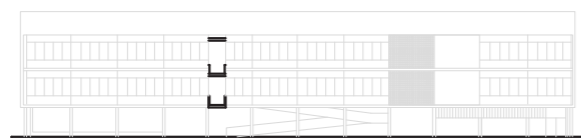


Pavimento térreo **SITUAÇÃO ATUAL**

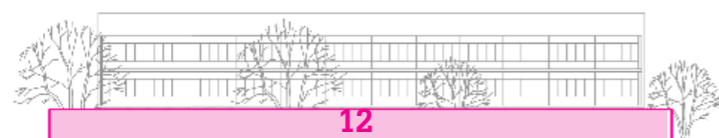
- 8. grêmio deu lugar a **ginásio de esportes**
- 9. laboratórios de artes deram lugar a **cozinha e refeitório**
- 10. depósitos
- 11. nova edificação para construção de um **centro de línguas** com acesso independente para funcionamento aos fins de semana



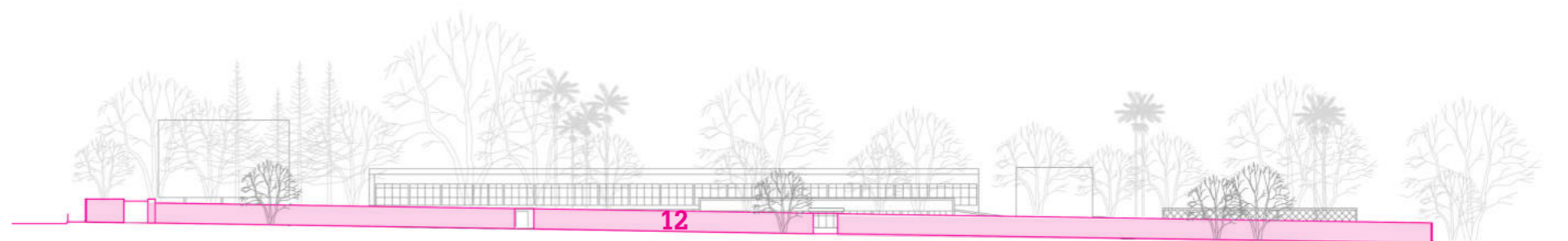
12. o perímetro extenso é vedado por muros, a única fachada com entrada e saída de alunos é a da rua Américo Gomes da Costa.



Fachada Fundos EE



Fachada av. Marechal Tito SITUAÇÃO ATUAL



Fachada rua Américo Gomes da Costa

SITUAÇÃO ATUAL





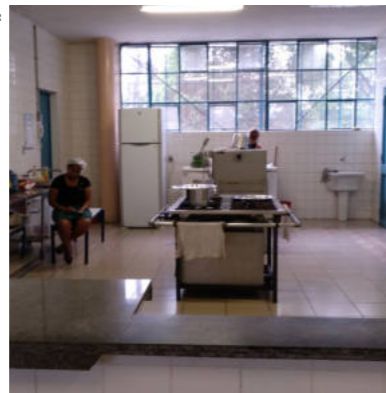
1 e 2 | jardim na entrada da secretaria da escola

3 | carteiras abandonadas

4 | cozinha proposta no local das antigas salas de artes

5 e 8 | vista da quadra coberta

6 e 7 | fechamento dos pilotis exterior *versus* interior do pátio



9 e 10 | vista a partir das janelas do teatro e em seguida, vista do teatro do exterior

11 | rampas

12 | fechamento por muro interior

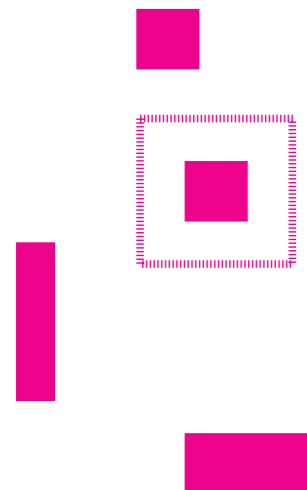
13 | fechamento dos pilotis







14 | muro e quadra coberta

15 | corredores salas de aula

16 | muro EMEF Luis Saia





-  Tatuapé
-  R Maria Eugênia 1990, R Santo Elias 146 e Av Celso Garcia 4200
-  570 alunos (EE) + 130 alunos (EMEI)
-  21 turmas (EE) + 4 turmas (EMEI)
-  matutino e vespertino
-  fundamental I e II (EE) e educação infantil (EMEI)

EE Erasmo Braga + Bibliotecas do Tatuapé + EMEI Presidente Dutra

Arquiteto EE Erasmo Braga:

Eduardo Corona

(Porto Alegre 1921 – São Paulo 2001)

Arquiteto EMEI Presidente Dutra

(antigo Parque Infantil-8)

José Arruda

Arquiteto Bibliotecas:

Helio Duarte

(Rio de Janeiro 1906 – São Paulo 1989)

Ano: **1950 (EE), 1948 (EMEI) e 1952 (bibliotecas)**

O Tatuapé é um dos bairros privilegiados pela rede de infraestrutura escolar implantada pelo Convênio Escolar.

A Escola Estadual Erasmo Braga atualmente leva seus alunos com frequência para visitar as Bibliotecas do Tatuapé e o Parque do Piqueri. O trajeto é feito a pé. Ao lado da Escola existe o Centro Integrado de Convívio Social Cristo Rei. O aluno que está na escola pela manhã frequenta esta instituição à tarde, e o aluno que está na escola à tarde, frequenta pela manhã. Funciona, portanto, como um ensino integral. Este conjunto de fatores dá sentido cívico para o aprendizado, contribuindo muito para a qualidade da formação social.

> Foto da Avenida Celso Garcia após construção do Hospital do Tatuapé que ocupou a área livre do terreno do antigo Parque Infantil 8, atual EMEI Presidente Dutra (ao fundo se vê as edificações mantidas do parque infantil). Acervo pessoal Márcio Reis



▼ Av. Celso Garcia 1960. Acervo AHMWL disponível em: www.arquiamigos.org.br

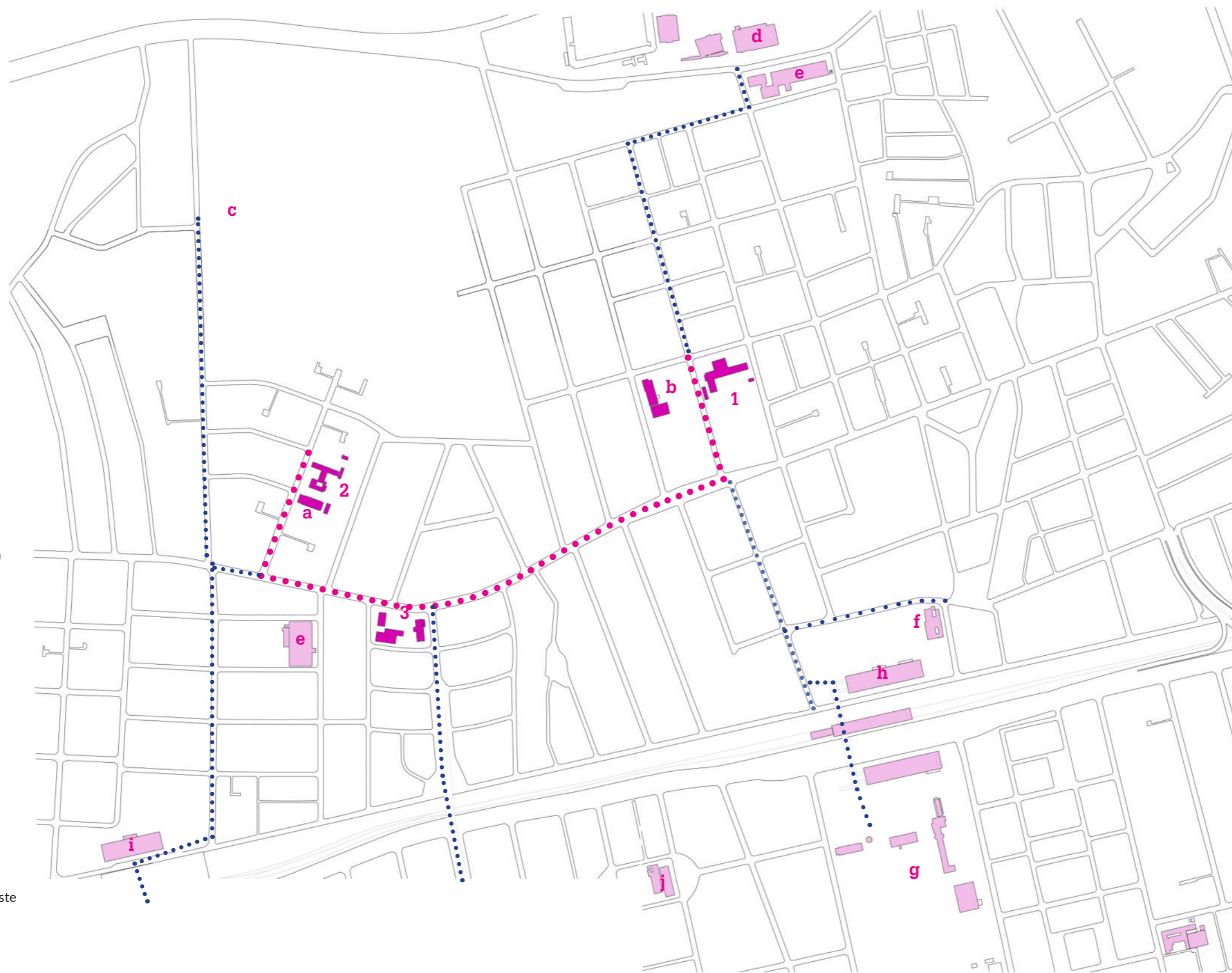




Marginal Tietê

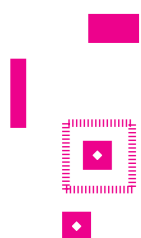
Av. Celso Garcia

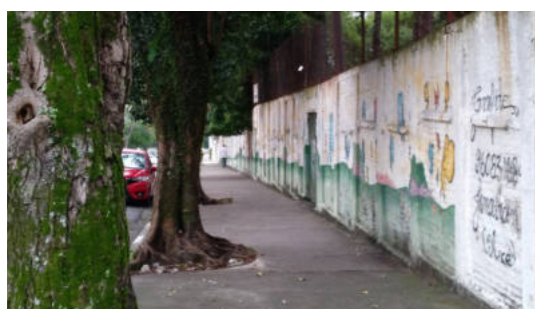
Radial Leste



- 1.** EMEI Presidente Dutra
- 2.** EE Erasmo Braga
- 3.** Biblioteca Cassiano Ricardo
Biblioteca Hans Christian Andersen

- a.** Sede social Cristo Rei
- b.** EE Benedita Ribas
- c.** Parque do Piqueri
- d.** Corinthians
- e.** SENAI
- f.** CEI Carrão I
- g.** Parque Sampaio
(futuro CEU Tatuapé)
- h.** Metrô Carrão
- i.** Metrô Tatuapé
- j.** EMEF Jackson de Figueiredo





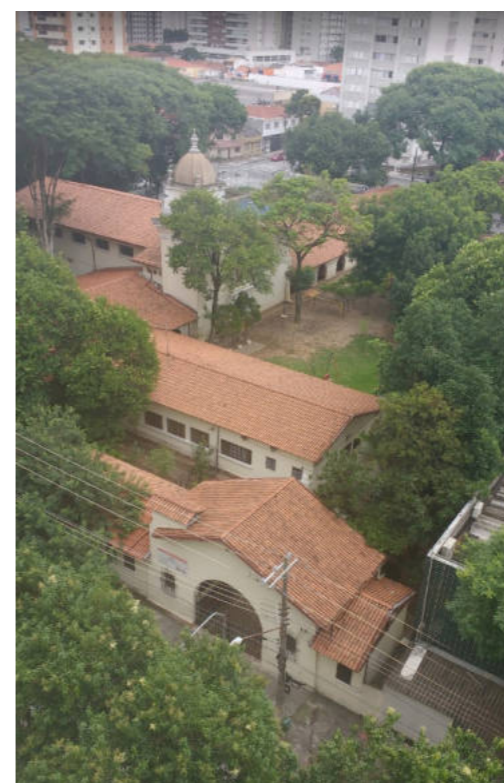
Desde 1996 a Escola Estadual Erasmo Braga só se dedica ao Ensino Fundamental I. No total são vinte e uma turmas: onze de manhã e dez à noite. Importante notar que as escolas foram perdendo a amplitude de cursos com o tempo. A maioria delas é “especializada”, dedicando-se a um curso apenas. Os alunos quando encerram um ciclo (escola primária, fundamental I, II e ensino médio) são redirecionados pela própria escola para a futura escola que o receberá. A primeira inscrição de um aluno na rede pública se dá a partir do momento em que se manifesta seu interesse, mas ele será direcionado para a escola mais próxima à sua residência.

Pode-se identificar muitas qualidades espaciais no edifício: a dimensão da escola; a variação dos pés direitos, contribuindo para a percepção da nossa escala humana nos espaços; a delicadeza de um pequeno solário; as formas livres e lúdicas de alguns ambientes e a perspectiva integradora do pátio. De qualquer forma, existem intervenções pontuais que precisariam ser feitas: reabertura do pátio em pilotis, hoje fechado por muros; revisão do acesso principal dos alunos, hoje improvisado; reorganização das áreas administrativas e implantação de novo projeto para áreas verdes perimetrais que atualmente não se comunicam com o exterior devido à presença dos muros.

^ Grupo Escolar Erasmo Braga, atual EE Erasmo Braga. Extraída da Revista Tatuapé Memória edição do ano 1987.

^^ Muros da EE Erasmo Braga. Autoria própria

> Turma feminina do Grupo Escolar Erasmo Braga. Acervo pessoal de Elci Biondillo



Inicialmente chamado de Parque Infantil-8, o edifício da EMEI Presidente Dutra foi tombado pelo Conpresp em 1990 e hoje é valorizada pela comunidade por seus valores educacional, cultural e histórico. No Livro “Parques infantis de São Paulo, lazer como expressão de cidadania.” Carlos Niemeyer fala sobre o Parque Infantil-8: “Com o passar dos anos, seu sítio original será drasticamente reduzido a fim de permitir a implantação atual do Hospital do Tatuapé, tendo suas piscinas sido destruídas para construção das caldeiras do refeitório do hospital. Sua planta concebe dois pavilhões em forma de “L”, dispondo todos os recintos funcionais voltados para uma extensa galeria ritmada por uma sucessão de arcos plenos (...). Seu corpo central, de maior altura, corresponde ao salão principal, com auditório para eventos ou atividades coletivas, recinto funcional este, comum aos parques deste porte.”

^ Foto das piscinas do Parque Infantil 8, atual EMEI Presidente Dutra. Acervo pessoal Márcio Reis

^ Situação atual da EMEI Presidente Dutra. Foto de Charles Mendes

> Jovens jogando basquete no Parque Infantil-8. Foto retirada do vídeo “História Oral EMEI Presidente Dutra” disponível no youtube.





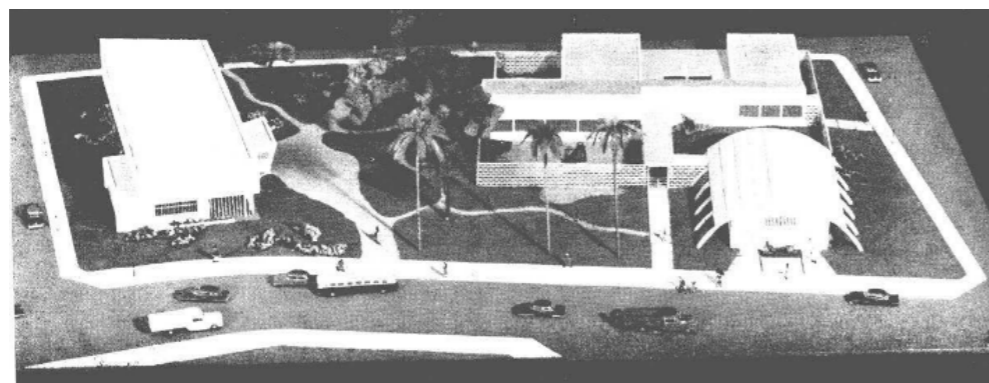
As Bibliotecas do Tatuapé, atuais bibliotecas Cassiano Ricardo e Hans Christian Andersen, projeto de Hélio Duarte, são alguns dos poucos edifícios que não foram cercados por muros. Este projeto é um exemplo de implantação adequada no espaço público porque foi capaz de se preservar, sem a necessidade de ser “protegido” por um perímetro vertical. Não à toa, em entrevista para o Professor Euler Sandeville em 1985, o arquiteto Hélio Duarte diz:

“(...)Foram feitas várias bibliotecas e uma delas foi a biblioteca projetada por mim, que considero o meu melhor trabalho, (...). Era no Tatuapé, que se constitui numa biblioteca infantil, um pequeno teatrinho ao ar livre e uma biblioteca para adultos, para atender também a população do bairro. Veja que a ideia era sempre essa, expandir-se, expandir-se como núcleo, mas não como uma coisa feita, parada. Não como coisa estática. Como coisa orgânica.”

Hoje, infelizmente, a tecnologia afasta a biblioteca do dia a dia das pessoas. Conforme relatos da coordenação, o que traz mais movimento atualmente para as bibliotecas são as atividades culturais e as visitas escolares.

^ Desenho de Hélio Duarte para o Conjunto de Bibliotecas do Tatuapé
Fonte: Abreu 2007.

▼ Maquete datada de 1951 das Bibliotecas do Tatuapé. Extraída da revista Habitat 4.



^ primeira e segunda foto de 1972, acervo pessoal de Carmenindo Ferreira Máximo

^ terceira e quarta foto 1954 da acervo Museu da Cidade de São Paulo

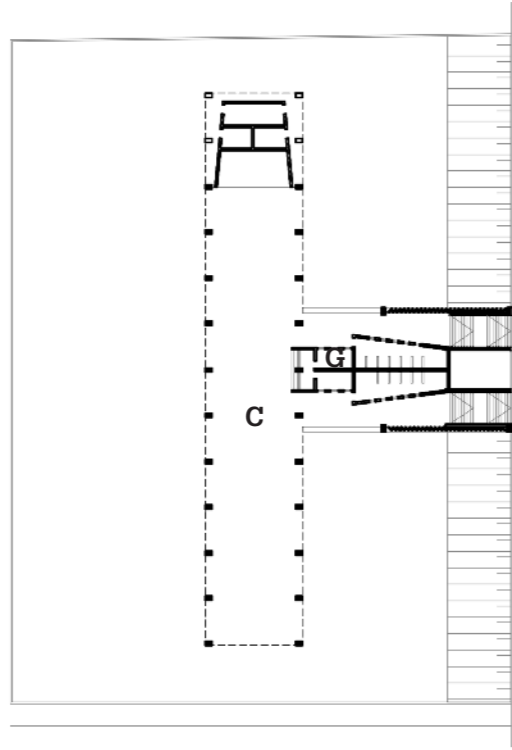
^ primeira e segunda foto de 2015, acervo pessoal de Rogério de Moura

^ terceira foto, 2017, autoria propria

^ quarta foto autor não identificado

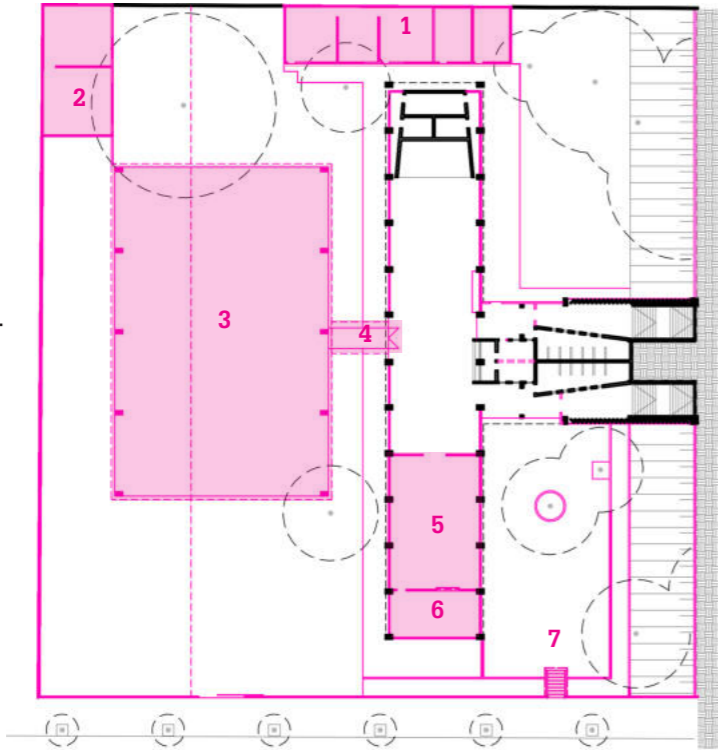
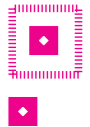


Pavimento térreo 1950



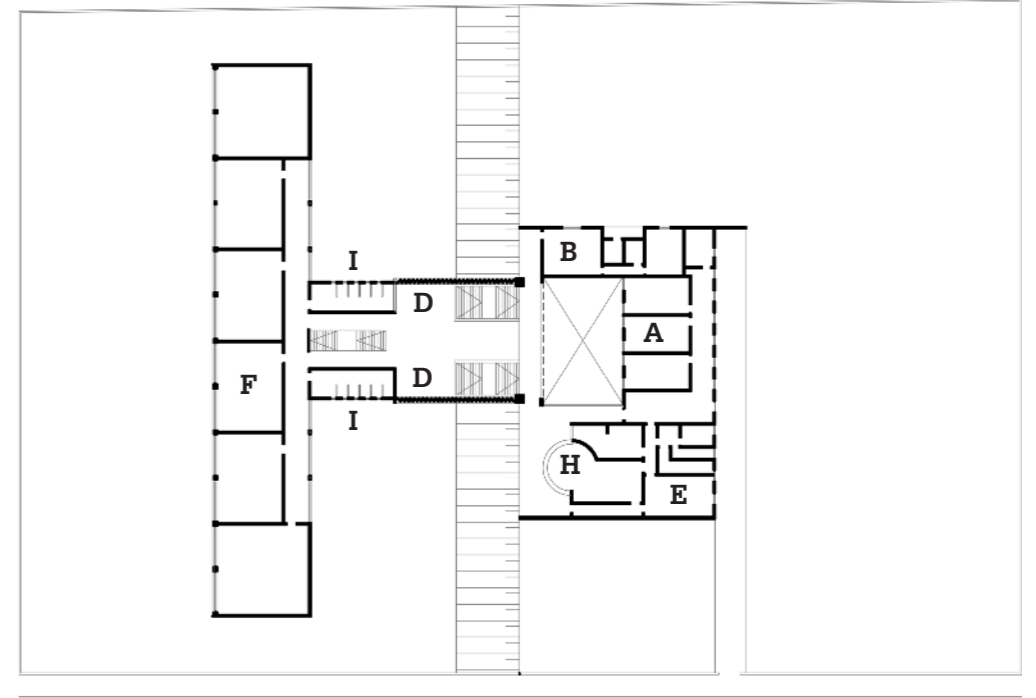
- A. serviços médicos
- B. zelador
- C. piloti
- D. museu
- E. direção
- F. salas de aula
- G. cozinha
- H. biblioteca
- I. banheiros

Pavimento térreo SITUACÃO ATUAL

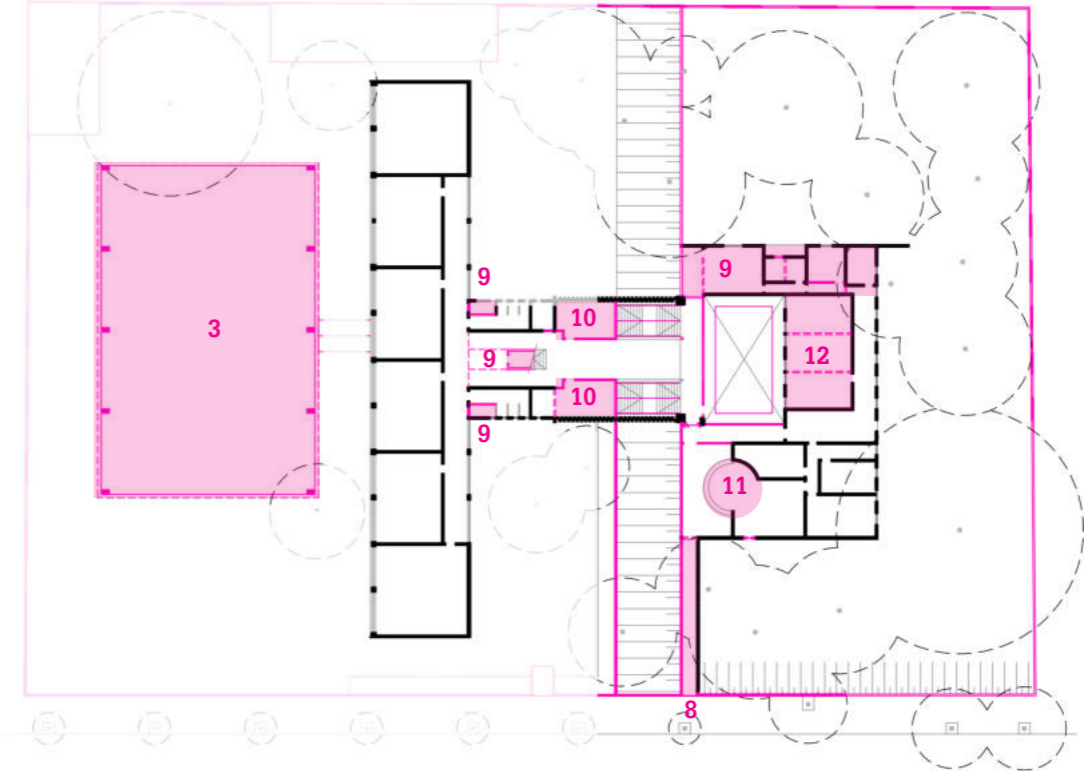


- 1. depósitos
- 2. zelador
- 3. quadra coberta
- 4. passagem coberta
- 5. refeitório
- 6. cozinha
- 7. nova entrada: alunos (10 degraus)
- 8. nova entrada: secretaria
- 9. depósitos/arquivos
- 10. sala dos professores
- 11. ampl. secretaria
- 12. informática
- 13. muro
- 14. fechamento dos pilotis

Primeiro Pavimento 1950

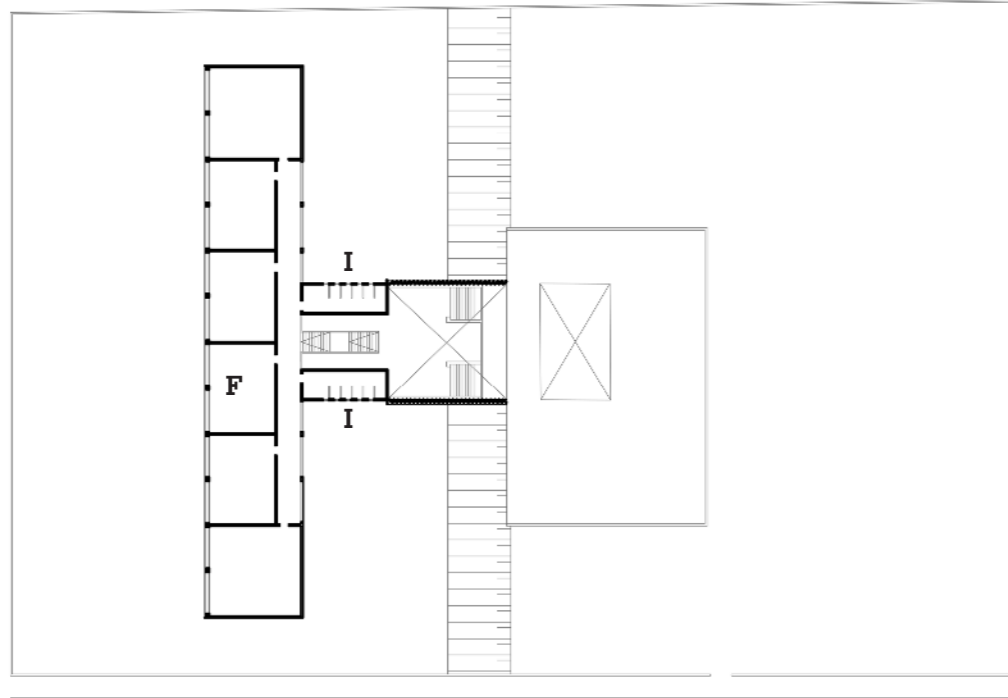


Primeiro Pavimento SITUACÃO ATUAL

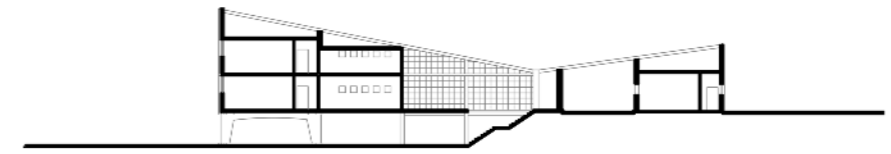
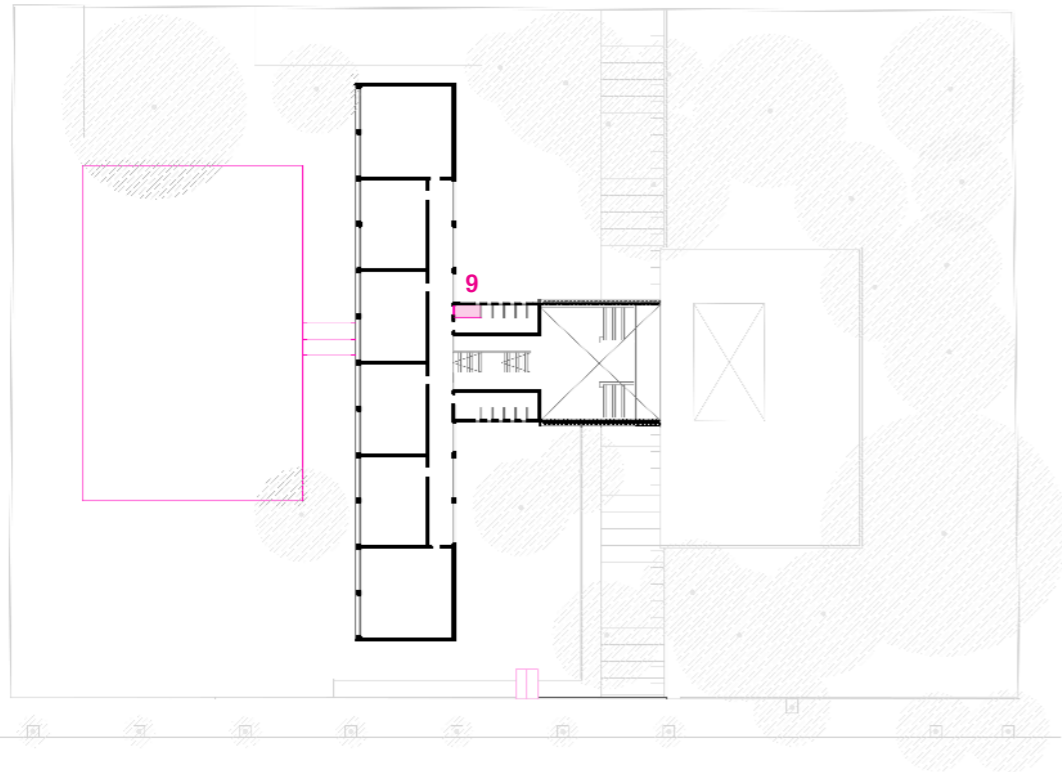




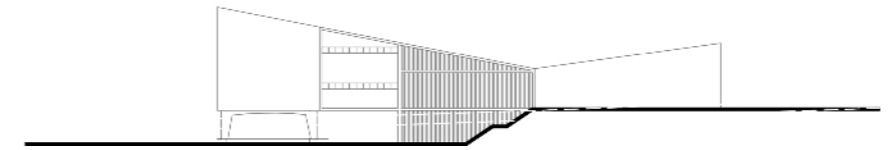
Segundo pavimento 1950



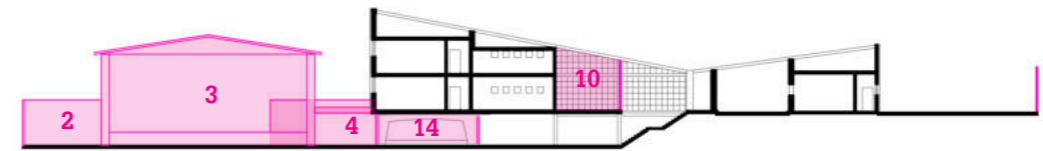
Segundo pavimento SITUAÇÃO ATUAL



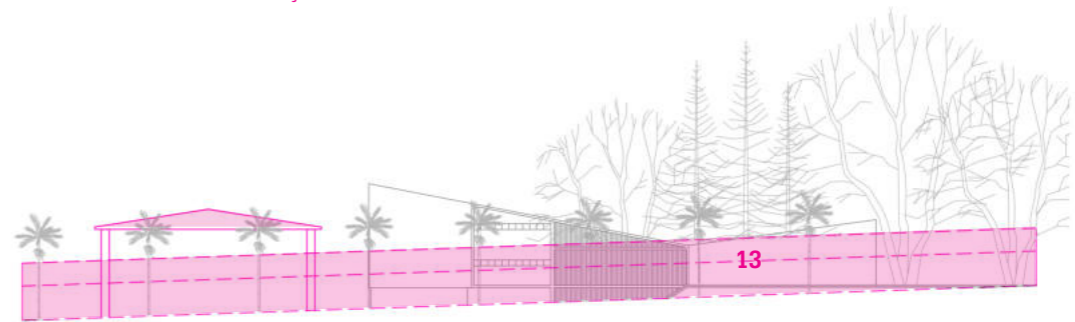
Corte transversal 1950



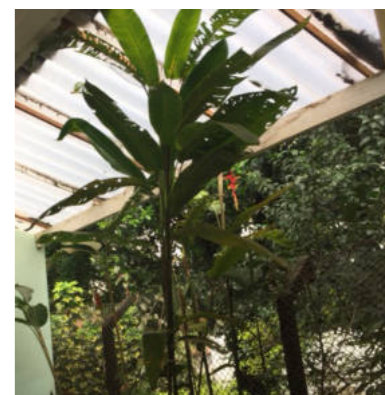
Fachada 1950



Corte transversal SITUAÇÃO ATUAL



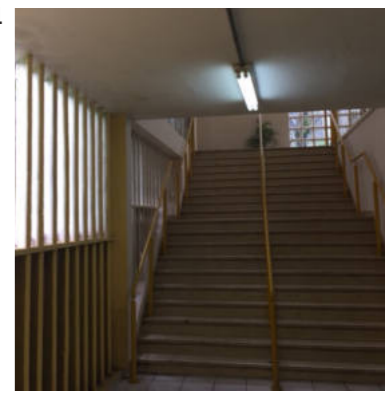
Fachada SITUAÇÃO ATUAL



1, 2 e 3 | Exterior do muro *versus* interior do muro
3 | acesso dos alunos
4, 5 e 7 | fechamento dos pilotis
6 | Antiga biblioteca deu lugar a secretaria da escola



8 | caixilhos originais
9 e 10 | vista do jardim interior
11 | fechamento em meia altura do elemento vazado



MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

Ao longo dos anos os edifícios do Convênio Escolar passaram por muitas intervenções. Não existem registros suficientes que nos permitam compreender exatamente quando e porque cada mudança no edifício foi realizada. Hoje o que nós temos é a situação atual do edifício e podemos compará-la ao projeto original. Relatos também ajudam a compreender melhor as exigências programáticas que resultaram em alterações no projeto original. Por isso é extremamente importante se aproximar da escola e do bairro para a ação de projeto.

Muitas mudanças são justificáveis, principalmente quando se trata de mudanças no projeto pedagógico da escola. A escola está e sempre estará em constante mudança. O espaço tem que estar preparado para receber estas mudanças da melhor forma possível.

A necessidade de intervenção nos edifícios deve-se também ao seu envelhecimento. O próprio Hélio Duarte, em entrevista ao Professor Euler Sandeville em 1985, a respeito das escolas do Convênio Escolar, diz: "... cinco anos depois de construir, elas eram um mulambo, viu! Tudo quebrado, tudo caindo. Ali, é uma indignação..."

Seja por adição de programa ou por subtração, toda mudança gera impacto no funcionamento do edifício e, diante disso, foram identificadas cinco formas de ler essa evolução programática:

1. Soluções paliativas para efeito de controle e segurança

A restrição ao contato com o exterior na verdade vêm da somatória de camadas: anteparos físicos (muros e gradis) mais o que trato por 'vácuos de ar' (áreas de acesso restrito ou não acessível pelos alunos). Neste caso do 'vácuo' particularmente estamos perdendo área útil de terreno público!

2. Adição por imprevisibilidade da demanda no projeto original

As salas de informática, salas de vídeo e semelhantes não foram previstas no projeto original por motivos óbvios: estamos falando da escola idealizada e construída em período anterior ao advento desses recursos.

As quadras cobertas também passaram a ser uma exigência complementar para a disciplina de atividades físicas e para a realização de eventos na escola. Praticamente todas as escolas receberam uma quadra padrão da prefeitura, sem muitos luxos.

Incrementar áreas para arquivos tornou-se uma necessidade. As escolas precisam manter arquivadas as fichas dos alunos e essa demanda cresce à medida que os anos passam. Há escolas em que salas de aula foram suprimidas. Em outras, áreas comuns receberam quatro paredes novas para criar ambientes que atendem essa demanda. Sem falar no acúmulo de mobiliário danificado que demora a ser descartado por questões burocráticas. Péssimo, porque tudo foi feito de modo paliativo como é habitual, interferindo negativamente na qualidade dos edifícios.

Para cozinhas e refeitórios foram previstos ambientes muito pequenos na maioria dos projetos originais. Considerando o número de alunos destas escolas, por mais que recebam de uma cozinha central as refeições, os espaços são insuficientes. Para solucionar o problema, algumas escolas têm hoje suas cozinhas entre quatro paredes na área dos pátios, em outras foi construído um edifício anexo apenas para cozinha e refeitório.

3. Adição por mudança da demanda pedagógica

O incremento de salas de aula é o mais significativo nesta categoria. Para aumentar o número de turmas de algumas escolas foi necessário reposicionar as paredes internas, rompendo quase sempre o ritmo dos caixilhos; em muitos casos, a sala de aula foi simplesmente dividida ao meio, ficando apertada e mal resolvida.

As bibliotecas também entram nessa categoria. Muitas escolas não tinham uma biblioteca interna. A biblioteca concebida durante o convênio foi a biblioteca do bairro, interessante inclusive para ampliar os vínculos sociais dos estudantes. Por não haver correspondência com essa intenção, as escolas passaram a improvisar uma salinha ou um puxadinho qualquer para ter a própria biblioteca da escola.

Os depósitos são utilizados para guarda do mobiliário danificado ou obsoleto, até que seja feito o processo burocrático de baixa desse patrimônio. É cada vez maior o consumo de espaço para essa finalidade porque parte das carteiras precisa ser substituída anualmente. Está provado que a depredação se torna generalizada à medida que não são tomadas medidas visíveis de atenção à zeladoria do bem público. O mobiliário escolar é uma questão que precisa ser entendida como um problema do poder público. Propê-se, portanto, que o órgão público que centraliza o recebimento do mobiliário danificado seja também responsável por sua manutenção, podendo inclusive ter um vínculo profissionalizante como uma escola de marcenaria.

4. Subtração por mudança da demanda pedagógica

Salas para dentistas e médicos, salas de enfermaria e salas de assistência social em algum momento deixaram de ser usufruídas nas escolas. Infelizmente estes espaços passaram a ter outra destinação. Seria muito bem-vindo que a saúde preventiva fizesse parte da vida escolar, mesmo que cada profissional visitasse a escola apenas uma vez por semana. Outro ambiente que deixou de ser usufruído foi o vestiário. Depois das atividades físicas os alunos vão para as salas de aula. Seria desejável que houvesse um intervalo de tempo para que os alunos se recompusessem depois do corre-corre da educação física, o que exigiria aumento da carga horária. Sendo o novo “ensino médio” implantado em período integral, é importante rever esta exigência programática para o edifício.

Laboratórios de ciências e laboratórios de artes foram extintos em algumas escolas, em outras se preservaram onde sempre foram e, em alguns casos, foram remanejados para outros lugares e deram espaço para outro item do programa.

5. Permanência do programa original

Salas de aula, pátios, banheiros, circulação vertical e horizontal, áreas administrativas, secretarias, salas dos professores são os espaços que se preservam, afinal de contas são estruturadores para o corpo do edifício. Às vezes alguma pontual mudança de função ou ampliação por remoção ou movimentação de paredes nesses ambientes, mas sempre intervenções de pequenas proporções.

A casa do zelador sempre foi uma exigência e ainda é. Na maioria das escolas se mantiveram onde sempre estiveram. Em outras consumiu pedaços da escola. Mas em quase todas, de alguma forma, foram isoladas do restante da escola. Dificilmente um aluno percebe que ali dentro da escola existe a casa do zelador.

Gráfico de mudanças e permanências
EE Nossa Senhora da Penha

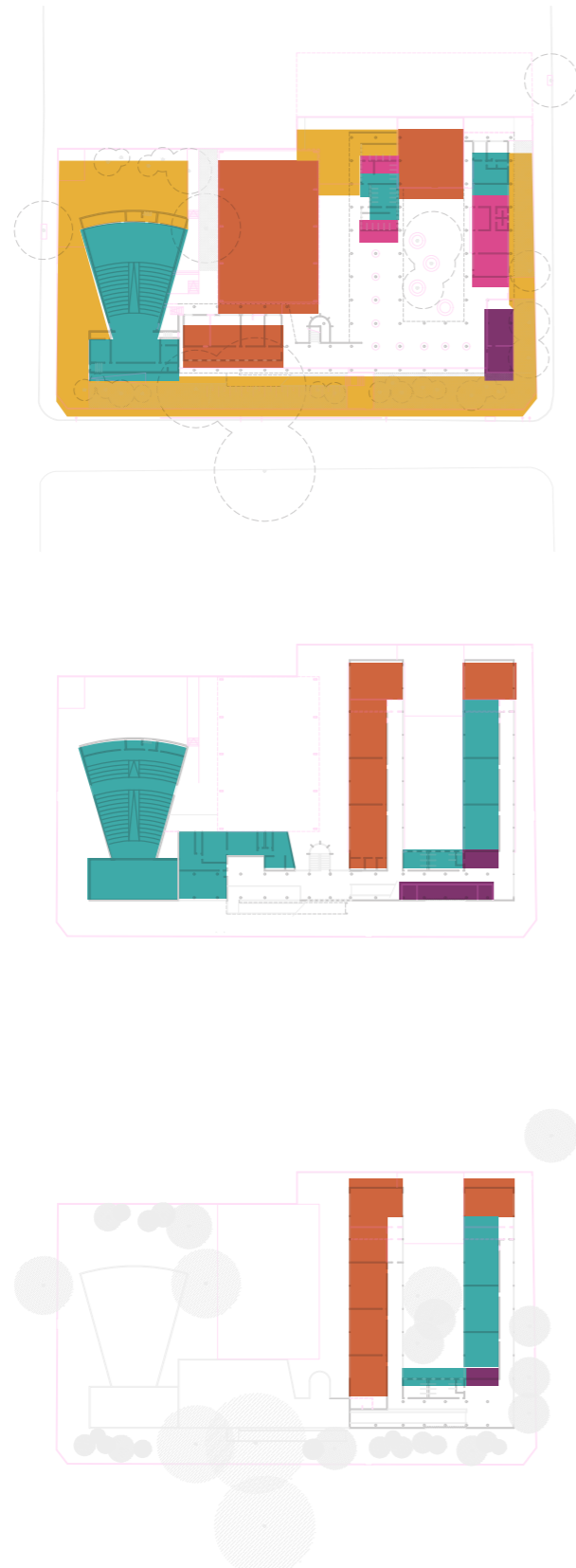
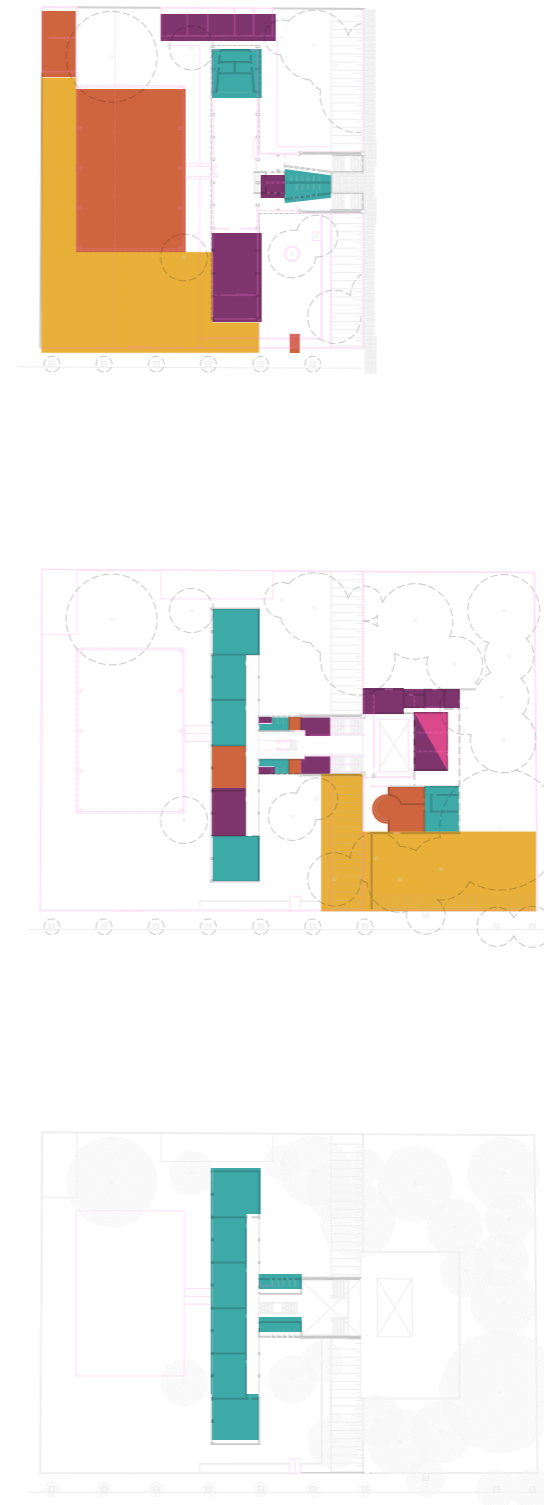


Gráfico de mudanças e permanências
EE Erasmo Braga



- Permanência do programa original
- Soluções paliativas para efeito de controle e segurança
- Adição por imprevisibilidade da demanda no projeto original
- Adição por mudança da demanda pedagógica
- Subtração por mudança da demanda pedagógica

Gráfico de mudanças e permanências
EE Dom Pedro I e EMEF Arq. Luis Saia

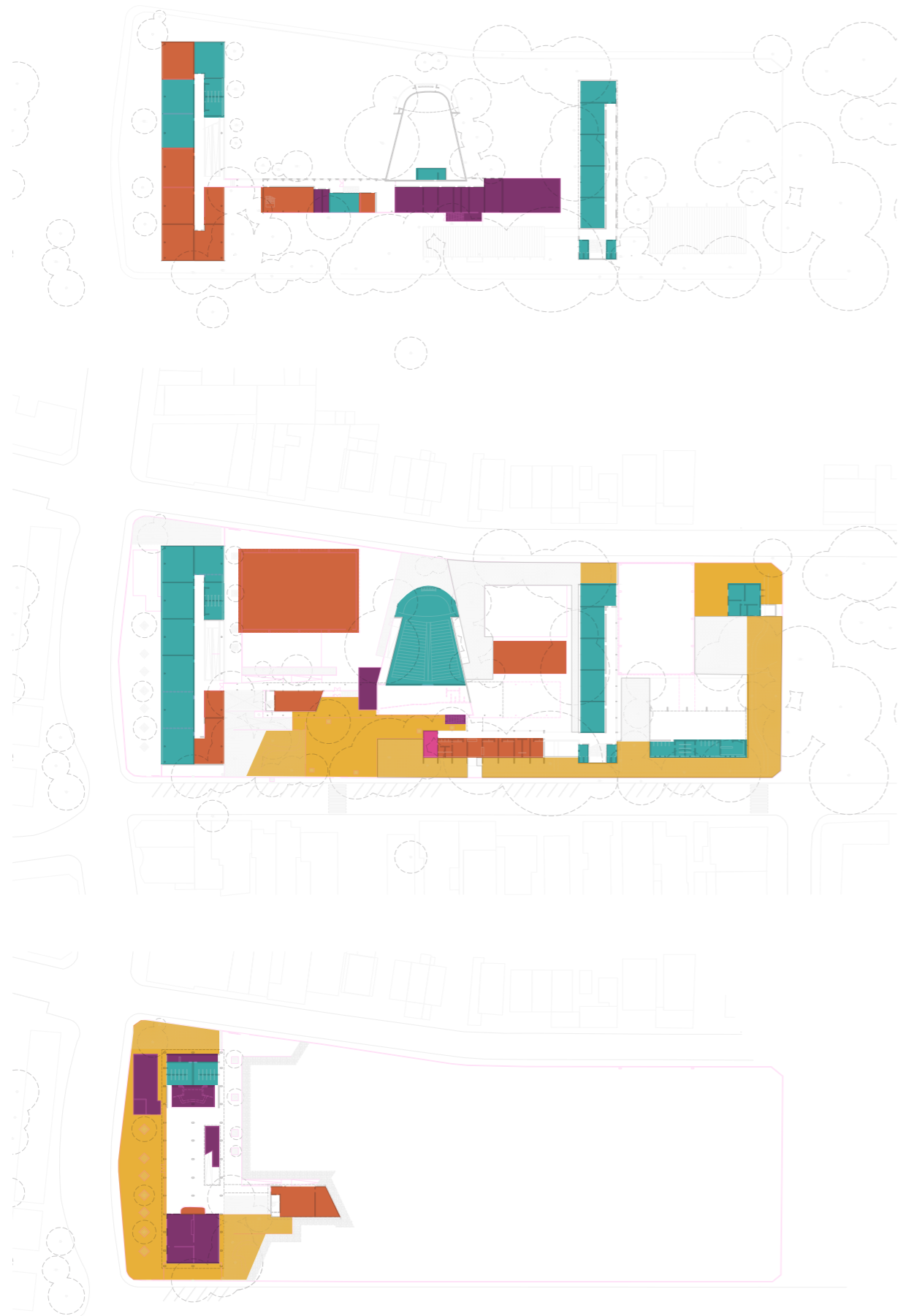
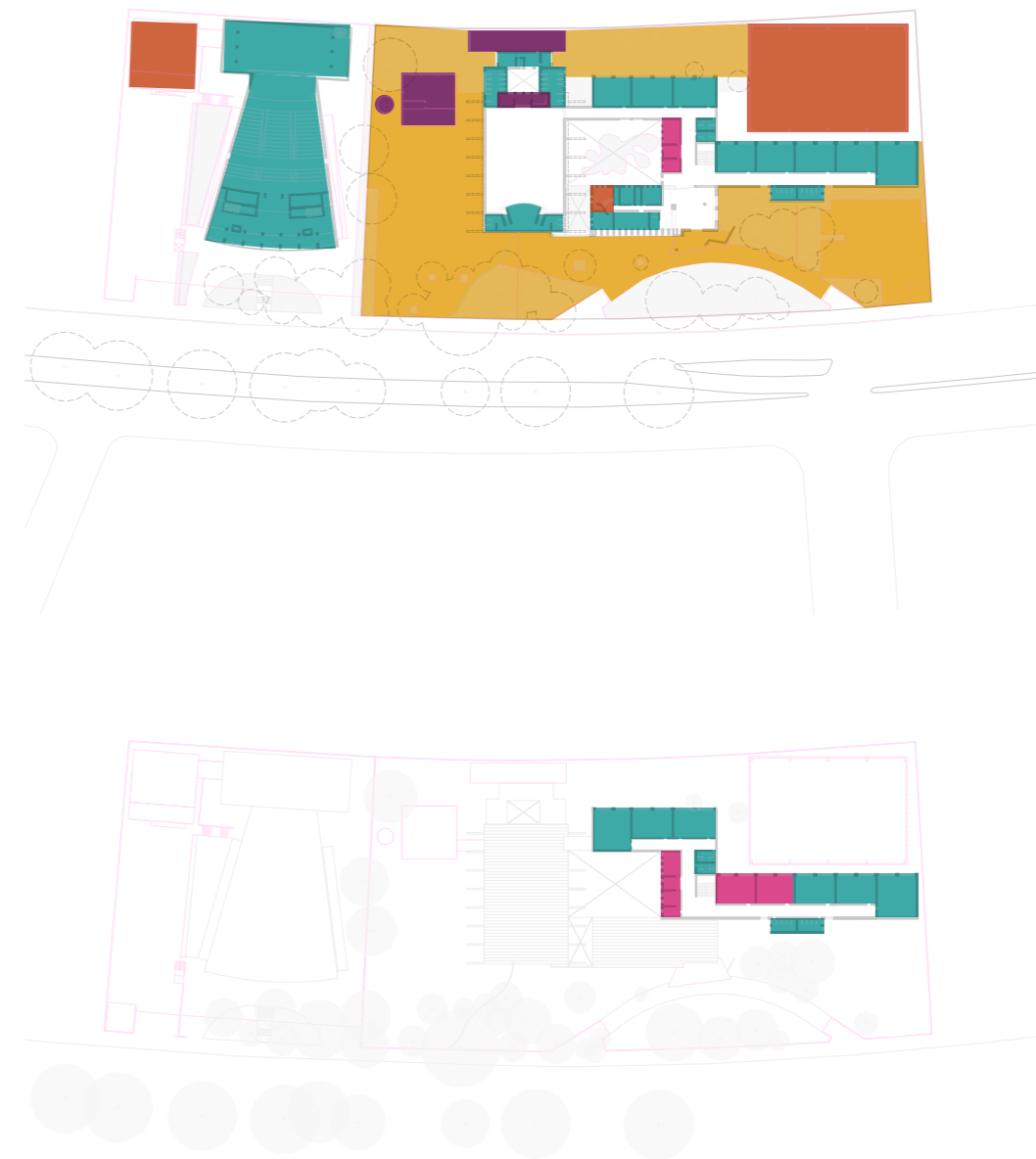


Gráfico de mudanças e permanências
EE Pandiá Calógeras



- Permanência do programa original
 - Soluções paliativas para efeito de controle e segurança
 - Adição por imprevisibilidade da demanda no projeto original
- Adição por mudança da demanda pedagógica
 - Subtração por mudança da demanda pedagógica

OS SACRIFÍCIOS

que abalaram a proposta original de educação aspirada pelo Convênio Escolar.

Na Revista Habitat 4 foi registrado um resumo de manifestos e desígnios claros de uma nova arquitetura para a educação. Com o tempo os projetos originais foram descaracterizados por reformas, intervenções e 'puxadinhos' improvisados. Os elementos arquitetônicos alvo de sacrifícios foram vários: ventilação cruzada, caixilhos de ferro, recreio aberto, coberturas em asa de borboleta, elementos vazados, mas sobretudo, para este trabalho interessa falar das marquises, pilotis, espaços de transição, áreas verdes e jardins.

Sacrifícios sociais e políticos

A escola pensada para formar cidadãos e resolver a questão da disparidade social, hoje se exclui da cidade, indiferente, injusta e insuficiente.

“(...) ineficiente ainda porque seu atendimento estava baseado no quantitativo, o qualitativo dizia-se, fica para depois e a eficiência no qualitativo para muito depois”.

Ainda estamos aguardando o qualitativo e a eficiência no qualitativo. Expectativa enganosa por sinal, esse tempo do aprimoramento nunca chegou de fato.

Como a demanda por vagas nunca deixou de crescer, principalmente nas novas periferias da capital paulista, a atuação do Estado não priorizou qualidade, eficiência e conservação. A prioridade sempre foi atender quantitativamente a demanda. O investimento continuou priorizando número de salas de aulas construídas. O patrimônio construído foi acumulando degradações e o resultado, sem dúvida, foi a desmoralização da escola e seu papel social e integrador na sociedade.

Hélio Duarte

“Escolas classe- Escolas parque” (pagina 115)

A depreciação da imagem das escolas públicas é resultado da distribuição injusta do direito à cidade. A lógica da infraestrutura não deveria ser montada sobre a desigualdade econômica e social presente na distribuição igualmente desigual no território urbano de equipamentos públicos. Se as escolas particulares suprem a demanda da classe média e alta, para o restante da população uma escola qualquer é suficiente para que o poder público cumpra com a obrigatoriedade de oferta de direito à educação?

Enquanto nos bairros centrais se verifica redução da população infantil nas últimas décadas, nos bairros periféricos ocorre fenômeno inverso. A justificativa para o retardo na construção de novas escolas onde há maior demanda é a inexistência de terrenos públicos. É sabido que as áreas públicas com destinação institucional da periferia encontram-se quase sempre invadidas por assentamentos precários, o que de forma alguma justifica a carência ou precariedade dos equipamentos escolares nessas regiões. Não há mais do que o mínimo necessário para cumprir os direitos da massa. Se antes as escolas ocupavam terrenos mais visíveis e altos, passaram a se instalar nas sobras dos loteamentos, em muitos casos inadequadas para essa finalidade.

As escolas se inibem atrás de muros, constrangimento por não ser tudo aquilo que se sonhou. Ainda têm sua poesia, toda escola apesar de suas dificuldades, nutre a vontade de transformar o futuro, de dar apoio a seus alunos. Os contornos das escolas, sendo integradores ou sendo inibidores, serão sempre um reflexo dos contornos sociais e políticos da sociedade em que vivemos. Num exercício de imaginação, colemos muros na frente de edifícios de arquitetura pública que hoje cumprem satisfatoriamente seu papel democrático. Veremos quão prejudicados ficam a paisagem e o ambiente escolar.

“(...) tudo simplificamos e tudo aceitamos na ilusão de que qualquer coisa é melhor do que nada, o que seria verdade se educação não fosse antes “qualidade” do que quantidade. Não importa quanta educação, mas ‘qual’ a educação que a criança está recebendo. Se a simplicidade dos meios e a pobreza dos mestres levam a escola a ensinar a criança a ser inexata, impontual, ineficiente, estúpida, mistificadora, irreal e falsa, é claro que ela não está recebendo pelo menos um pouco de educação, mas “péssima’ educação. O que se supunha ser apenas ‘pouco’, é ‘pouco’ e ‘péssimo’, e somente menos péssimo porque ‘pouco’. Se pelo mesmo processo formos com a educação até ao ensino superior, então teremos muito e péssimo. ”

Anísio Teixeira, 1949

Sacrifícios ambientais e arquitetônicos

A **marquise**, antes entendida como sinônimo de direito a fruição e a integração dos espaços, com o tempo foi sacrificada. Ora pela supressão, ora pelo fechamento de seu perímetro.

O **piloti** dos pátios, elemento moderno que celebra o contato exterior-interior, foi fechado por muros ou, mais especificamente, pelo muro interno do sanduíche anteparo físico-vácuo-anteparo físico que compõe o elemento de segurança favorito do receio de estar em contato com a rua.

Os **bosques** e **jardins** entre os blocos, antes ferramenta de qualidade ambiental, garantia de boa iluminação e ventilação nas salas, foram impermeabilizadas ou deram lugar a quadras cobertas e 'puxadinhos' - anexos construídos com materiais impróprios para as novas do programa do edifício.

O **espaço de transição entre a escola e a rua** foi suprimido. O limite do lote, contornado por muretas, não representava uma barreira espacial, como os muros de hoje representam.

Sacrifícios por questões de custos de execução e manutenção

Todo espaço de encontro, permanência e espera onera o projeto, mas onera ainda mais sua manutenção. Enquanto trocarmos o benefício social pelos custos mínimos, teremos respostas mínimas em benefícios sociais. Investimentos em infraestrutura deveriam priorizar a qualidade, evitando o "faz hoje e refaz amanhã".

"É custoso e caro, porque são custosos e caros os objetivos que visa. Não se pode fazer educação barata (...). Se é a nossa defesa que estamos construindo nunca será demasiado cara, pois não há preço para a sobrevivência."

Anísio Teixeira, 1949

O valor dos espaços de transição é fundamental para as escolas. É o espaço maior de acolhimento, recepção e convivência. Espaço de estado de ânimo e bem-estar. Numa situação de corte orçamentário os espaços de transição são os primeiros a ser descartados. Quando suprimimos o conforto dos encontros o projeto murcha e o edifício passa a ser constituído apenas por espaço servido e espaço servidor.

Toda e qualquer medida paliativa apresentada anteriormente é um descuido que só reforça a ideia de que a prioridade não é o ensino, não é formar cidadãos plenamente capazes de reconhecer e exercer ativamente seu papel na sociedade que se pretende construir.

“A questão da segurança levantada como obstáculo para o uso dos espaços públicos pelas crianças vai muito além de um eficiente serviço de vigilância policial: se nós adultos reaprendêssemos a acompanhar as crianças, a unir os nossos amigos e vizinhos, a desfrutar do lazer coletivo, nos locais públicos, certamente aumentaria a segurança de todos nesses mesmos locais. ”

Mayumi Watanabe, 1992
“Retrospectiva Histórica do
Brincar e o Espaço Urbano”

Sacrifícios pela Paranoia de Segurança

Ao analisar a situação atual das escolas do Convênio Escolar, percebe-se que entre a área que realmente é frequentada pelo aluno na escola e o exterior do complexo escolar existe um vácuo - uma área vazia, sem acesso, um jardim abandonado - entre muros ou gradis. Um sanduíche de nada, um sanduíche de não-serventias. Muro-vazio-muro ou muro-vazio-gradil ou gradil-vazio-gradil. Enfim, combinações várias para isolar o máximo possível quem está no interior. Não é necessariamente questionável a existência de um limite físico vertical entre interior e exterior para garantir segurança básica, questionável é a situação atual da inserção na paisagem desses edifícios pela existência dos muros, colocado como a solução garantidora da segurança. Neste caso, o ar como o *offset* que distancia o interior do exterior. Algo que nos remete a um fosso de castelo medieval.

Nas visitas às escolas foi questionado o que poderia ter levado ao agigantamento dos muros. Na Escola Dom Pedro I, em São Miguel Paulista, informaram que os alunos atiravam objetos para além do muro a fim de atingir pessoas na calçada. A medida adotada foi proibir a presença dos alunos na área livre lindeira à Avenida, fechando com muro o pátio em piloti - ver situação atual da EE Dom Pedro I.

A Escola Estadual Pandiá Calógeras, no bairro da Moóca, é ladeada por outro edifício público, o teatro Arthur de Azevedo. Cada um apresenta um tratamento diferente para o contato com a rua. Enquanto hoje a escola está atrás de um muro de 3,5 m de altura e 20 metros de extensão, o teatro possui um jardim que une interior e exterior e a segregação se dá apenas por um gradil de 1,70m. Assim, se o argumento para a segurança das escolas é o roubo de eletrônicos- e para muitos este é um argumento válido- no teatro existem equipamentos de maior valor e os dois equipamentos públicos estão lado a lado. Teria o medo se transformado em paranoia?



Levar os alunos para fora dos muros da escola e agir através da arte na paisagem expressa uma vontade. Hoje assimilamos a pintura dos muros como uma prática convencional, mas durante a década de 80 este gesto da professora Eunice foi noticiado como pioneiro. Existe nessa iniciativa o incomodo por não termos a paisagem que se gostaria.

^ Recorte de Jornal do Bairro da Mooca de 21-27 de junho de 1985 noticiando a pintura dos muros pelos alunos da professora Eunice Agostinho.

> Ao lado fotos que registraram o momento. Acervo pessoal da família da professora Eunice. Disponível em: <http://janiceascari.blogspot.com>



PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO ESCOLAR

Reconhecendo o papel da escola na dinâmica urbana onde se insere, é necessário adotar um programa de reestruturação escolar dos edifícios já construídos baseando-se nas ideias de Hélio Duarte, Anísio Teixeira e Mayumi Watanabe. O programa idealizado neste trabalho propõe a requalificação das infraestruturas escolares e implementação de um sistema abrangente e duradouro de manutenção e gestão das respectivas instalações.

“A escola popular para uma sociedade subdesenvolvida e com acentuada estratificação social, longe de poder ser mais simples, faz-se a mais complexa e a mais difícil das escolas. Sejam quais forem as dificuldades, esta terá de ser a escola primária com que resolveremos os problemas da rígida estratificação social e dos graves desníveis econômicos da sociedade brasileira e com que criaremos a igualdade de oportunidades que é a essência do regime democrático”.

Hélio Duarte, “escolas-classe, escolas-parque”
pag. 121

Especialmente nas escolas do Convênio Escolar, é preciso encarar esta modernização como um ‘programa’. Afinal, trata-se de um elevado número de edifícios. A zeladoria ocasional, da maneira paliativa que vem se dando não é suficiente. A necessidade por mudanças por requisitos pedagógicos também não são atendidas satisfatoriamente. Para cada escola é necessário um projeto específico.

Os princípios para devolver as escolas à cidade são especialmente: revelar sua dimensão pública na paisagem e adequar o conjunto arquitetônico ao projeto pedagógico de cada escola, segundo suas necessidades, objetivos e características atuais. A partir do conceito de *learning street* introduzido por Herman Hertzberger na Escola Montessori, em Delft, na década de 1960, este programa pretende criar condições para que a escola seja como uma pequena cidade com lugares para explorar _ assim como um dia as crianças vão explorar a vida por outras fronteiras; revitalizar os vários setores funcionais da escola de forma articulada como um percurso tridimensional e encarar a escola como um organismo vivo e evolutivo.

Hélio Duarte, no livro *“Escolas-classe, Escolas-parque”*, introduziu o conceito de que:

“os elementos visuais de identificação de cada escola buscam relacioná-la com a história do bairro a que pertencem, marcando na paisagem a sua presença, que não é a de uma escola anônima e igual a qualquer outra.”

Hélio Duarte, “escolas-classe, escolas-parque”

Da mesma forma este programa de reestruturação deve agir, alimentando o interesse do aluno pela história do lugar e sua importância no território ao longo do tempo.

Deverá anteceder o trabalho das equipes projetistas a elaboração de documento técnico completo sobre a situação física do edifício, consecutivamente: o projeto político pedagógico; o programa arquitetônico (desenvolvido conjuntamente escola-comunidade-arquitetura-prefeitura) e, por fim, o projeto arquitetônico preliminar (desenvolvido conjuntamente escola-arquitetura).

“Os professores – esses outros arquitetos de nossa nacionalidade. Porque não devem eles falar, já que arquitetura escolar tem tanto de arquitetura como de programação de educação? (...) Não temos apenas de estar em dia com o que se sabe, temos que saber por que se sabe e como se sabe. Temos, pois, para ser mestres, de saber muito mais do que sabem os que sabem.”

Outra forma de aproximar a população de um bairro à sua escola é usar a mão de obra e os serviços locais nas etapas de construção. Afinal de contas, o afeto pelo lugar não se fortalece apenas pela construção coletiva do projeto espacial e programático, também se manifesta na sua construção física e ocorrerá no canteiro de obras.

É fundamental reforçar que as qualidades das intervenções garantam que o edifício esteja em condições de responder de forma eficaz à degradação pelo tempo e pelo uso do edifício para que a conservação e a manutenção dos mesmos não exijam custos elevados e rotineiros. Como se sabe, é uma dificuldade neste país pretender que as especificações de projeto garantam parâmetros de qualidade. Este é um outro problema por resolver que diz respeito aos processos de licitação de obras públicas.

Existe muito mais do que uma vontade política por trás do sucesso de um programa de reabilitação tão extenso. Para que a concretização do programa seja rápida e eficaz é importante prever e garantir as fontes que o financiarão.

Afim de tornar a escola urbana mais democrática o programa de reestruturação deverá garantir a articulação dos vários setores funcionais com o exterior e possibilitar a abertura para a comunidade em períodos pós-letivos. O núcleo de serviços abertos à comunidade faz parte da formação escolar. Suas atividades abrangem os eventos culturais, o esporte, o lazer e as atividades extracurriculares.

Anísio Teixeira, excerto extraído do livro *“escolas classe-escolas parque”*

“A escola sempre foi, como experiência tradicional, a mantenedora das condições sociais existentes, vale dizer da sociedade existente. Mas em países como o nosso, onde a massa do povo necessita ser elevada, com justiça e segurança, para níveis mais altos, a fim de ir a encontro da mobilidade das classes existentes, é preciso a escola forçosamente, desenvolver funções bem mais amplas do que as que, tradicionalmente, eram de sua competência. “

Anísio Teixeira, excerto extraído do livro “*escolas classe-escolas parque*”

O projeto do edifício escolar se concretiza no momento que o usuário passa a ser ativo na construção do espaço e, portanto, nem tudo pode ser previsível e engessado, o projeto tem que ser pensado para receber constante mudança. A escola será de fato humanizadora quando instrumentar a criança e o adolescente para que participe ativamente do processo coletivo e histórico de transformação de seu meio.

Fundamentos

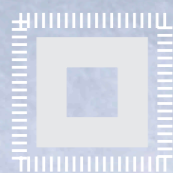
- Dar suporte ao desenvolvimento social e luta por qualidade de vida através da educação.
- Incentivar a apropriação do equipamento público escolar como bem comum
- Resgatar o patrimônio formado pelos edifícios do Convênio Escolar.
- Propiciar a inserção do edifício escolar na paisagem urbana.
- Garantir a possibilidade de revisão continuada dos aspectos programáticos e físicos

Diretrizes urbanas

- Melhorar a qualidade do desenho do espaço público
- Limitar a infinidade de muros urbanos
- Prever espaços públicos amplos que permitam a apropriação livre por adultos e crianças
- Prever flexibilidade para outras funções fora do horário de funcionamento letivo.
- Aproveitar conscientemente o terreno público, evitando vazios e áreas subutilizadas.

Diretrizes construtivas

- Qualificar a calçada: alargamento e mobiliário urbano
- Corrigir problemas construtivos existentes
- Melhorar condições de conforto ambiental
- Adequar os ambientes do edifício ao programa pedagógico
- Prever flexibilidade dos espaços letivos a fim de maximizar sua utilização
- Marcar a biblioteca, o refeitório e o núcleo esportivo como pontos focais do térreo
- Garantir a eficácia energética do edifício para reduzir os custos de operação
- Garantir plena utilização das instalações
- Prever resistência mecânica dos acabamentos e mobiliários

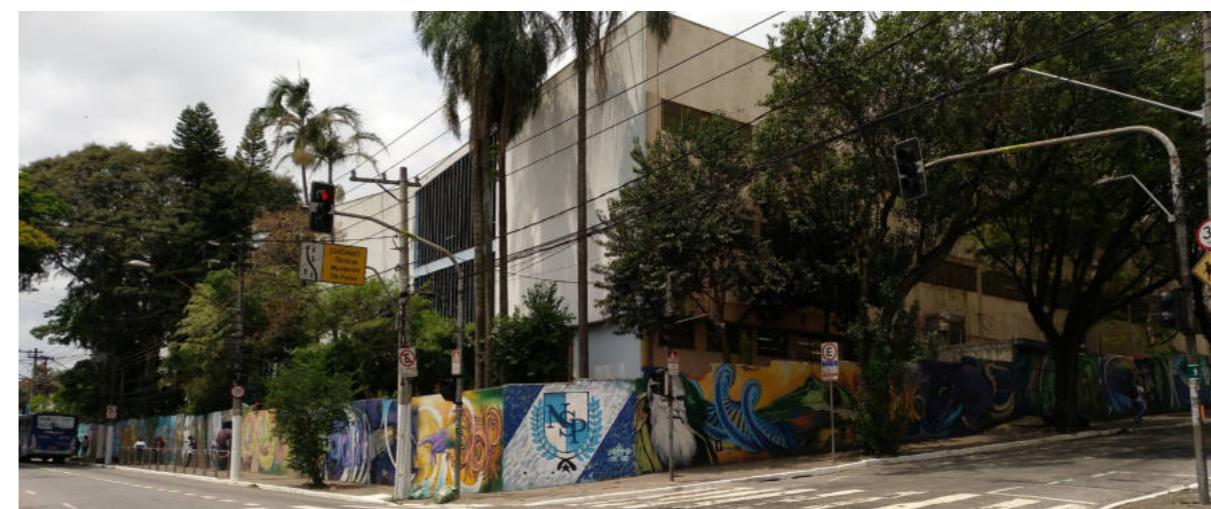


EE Nossa Senhora da Penha

Arquiteto: **Eduardo Corona**

Ano: **1951**





- ^ Foto da década de 50
- > Foto da situação atual
- << Proposta de intervenção





Programa proposto

- Pátio coberto: 860 m²
- Biblioteca + informática: 339 m²
- Cozinha + Cantina: 88 m
- Casa do Zelador: 52 m²
- Quadra: 335 m²
- Centro de línguas: 156 m²
- Teatro: 465 m²
- Arquivo: 180 m²
- Banheiros: 153 m²
- Administração + direção: 186 m²
- Salas de aula: 60 m² x 15 = 900 m²
- Laboratórios: 55 m² x 4 = 220 m²
- Circulação: 1000 m²

Situação proposta

- Área do Terreno: 4.750 m²
- Área Construída: 4.934 m²
- Área de Projeção: 2.746 m²
- Área Permeável: 1050 m²



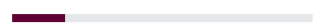
2,37 m² por aluno



CA (Coeficiente de Aproveitamento) 1,04



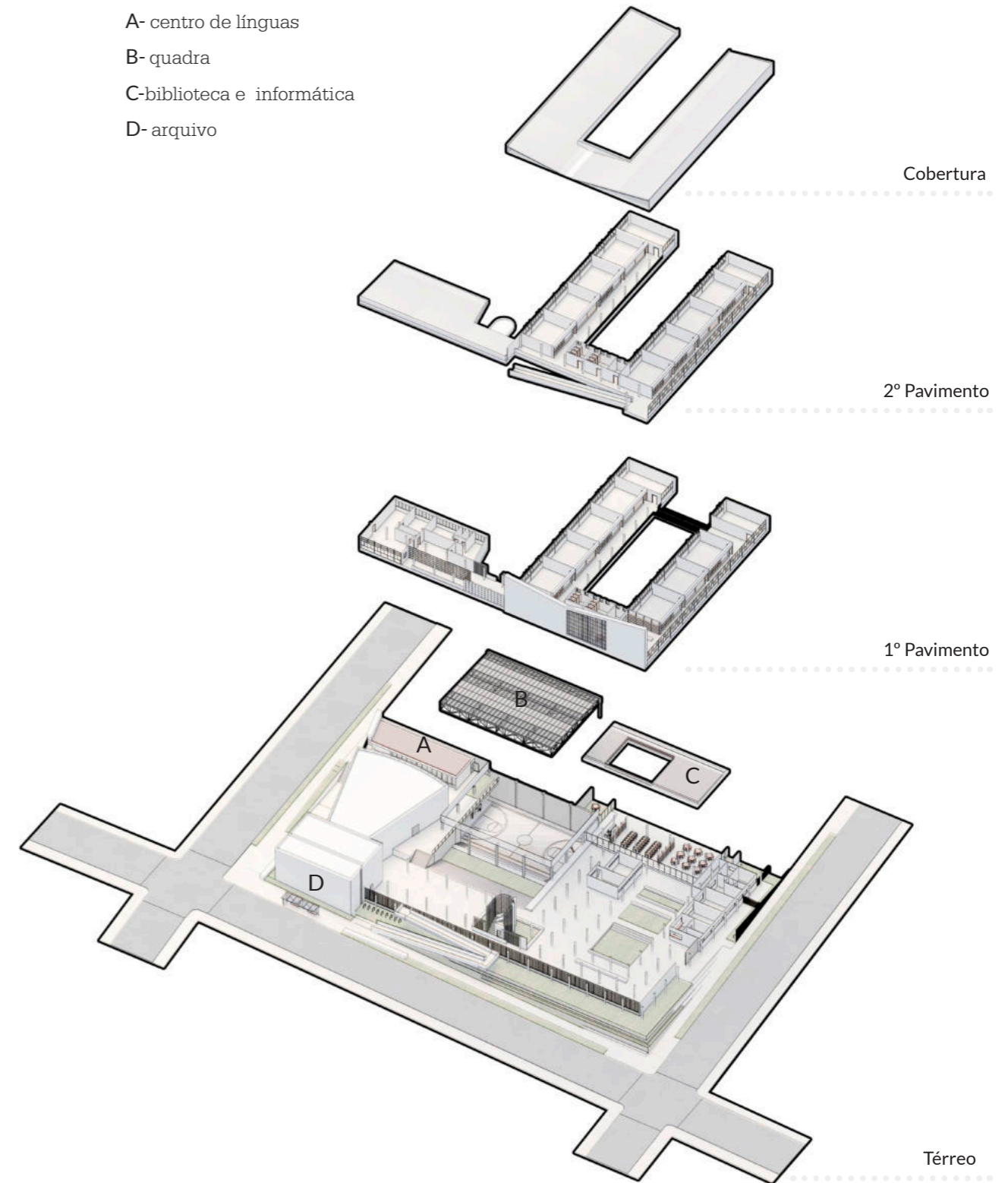
TO (Taxa de Ocupação) 58 %



Taxa de Permeabilidade 22 %



- A- centro de línguas
- B- quadra
- C-biblioteca e informática
- D- arquivo



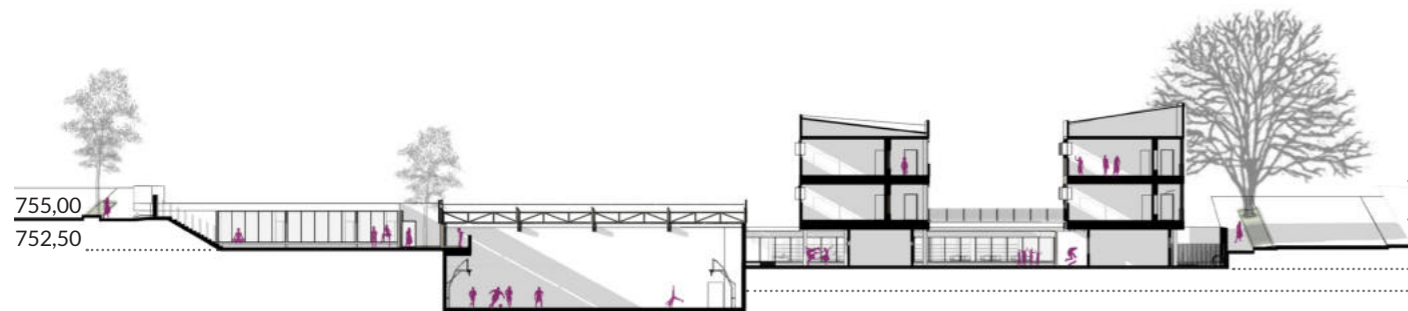
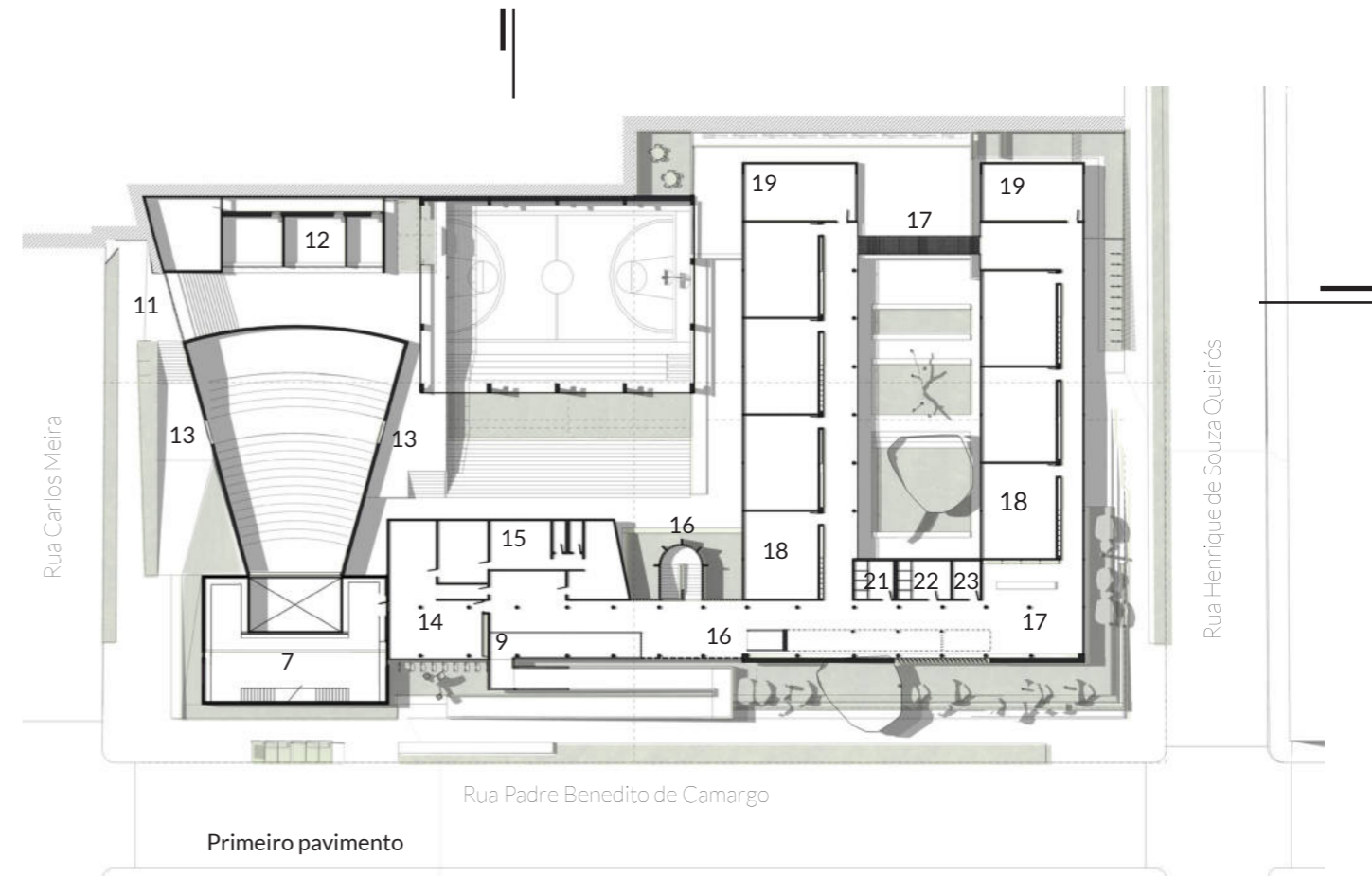
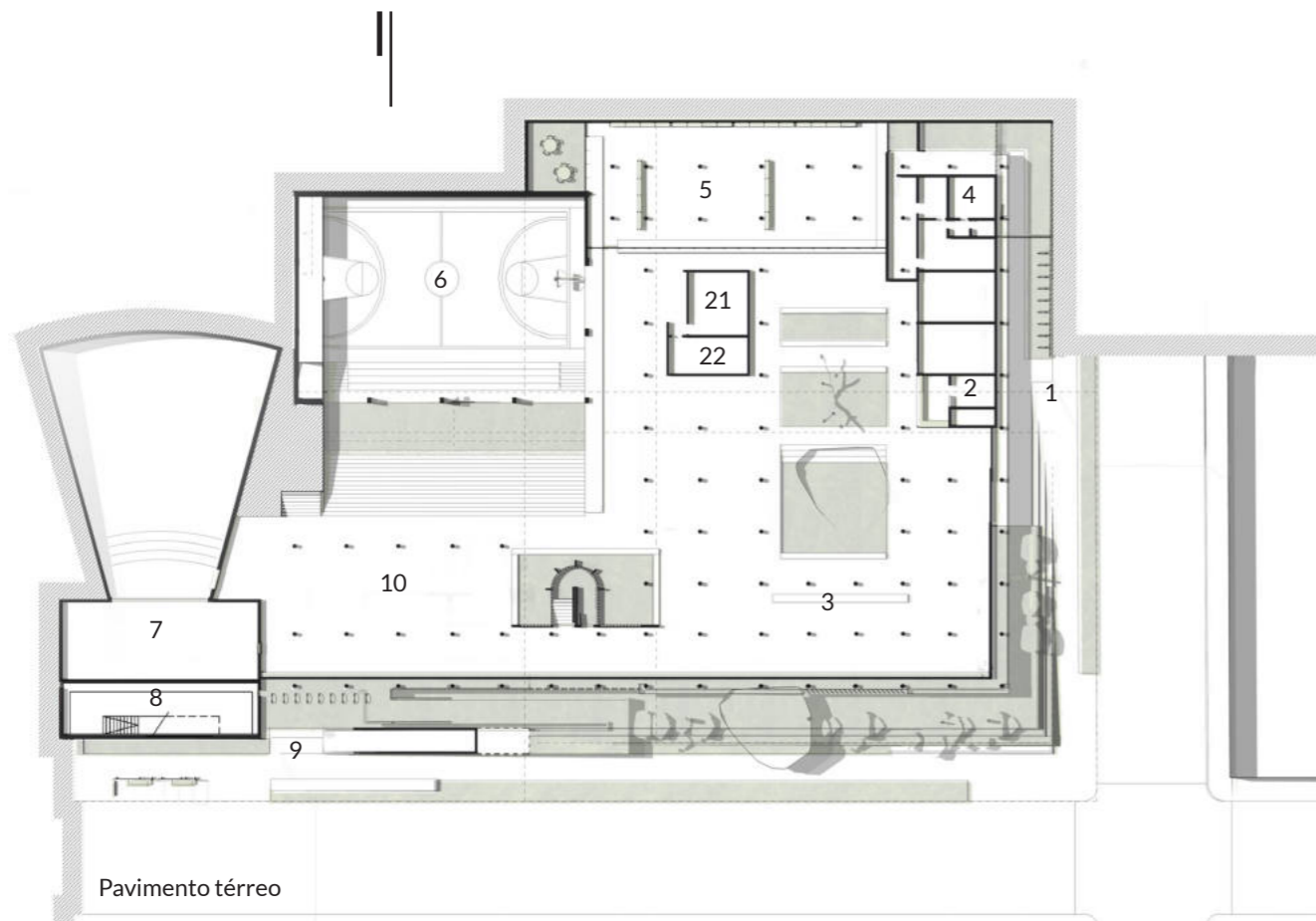


Interior do pátio

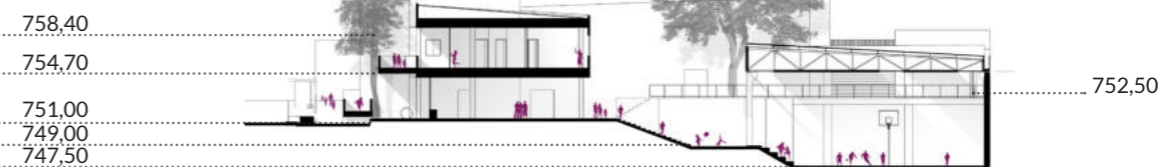


- 1- entrada alunos
- 2- cantina e cozinha
- 3- pátio coberto
- 4- casa do zelador
- 5- biblioteca + lab. informática
- 6- quadra
- 7- caixa cênica
- 8- arquivo
- 9- entrada administrativa
- 10- espaço multiuso

- 11- entrada usos fds
- 12- escola de línguas
- 13- acessos teatro
- 14- secretaria
- 15- direção e professores
- 16- circulação vertical
- 17- circulação horizontal
- 18- salas de aula
- 19- laboratórios



Corte longitudinal



Corte transversal



30 m
15 m



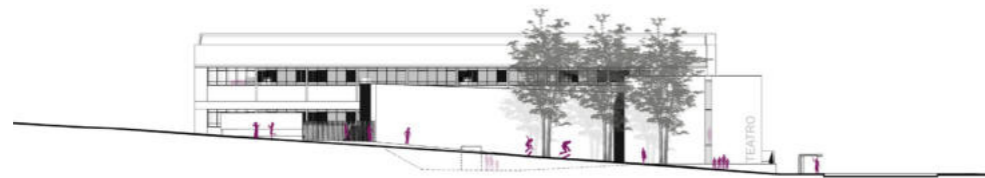
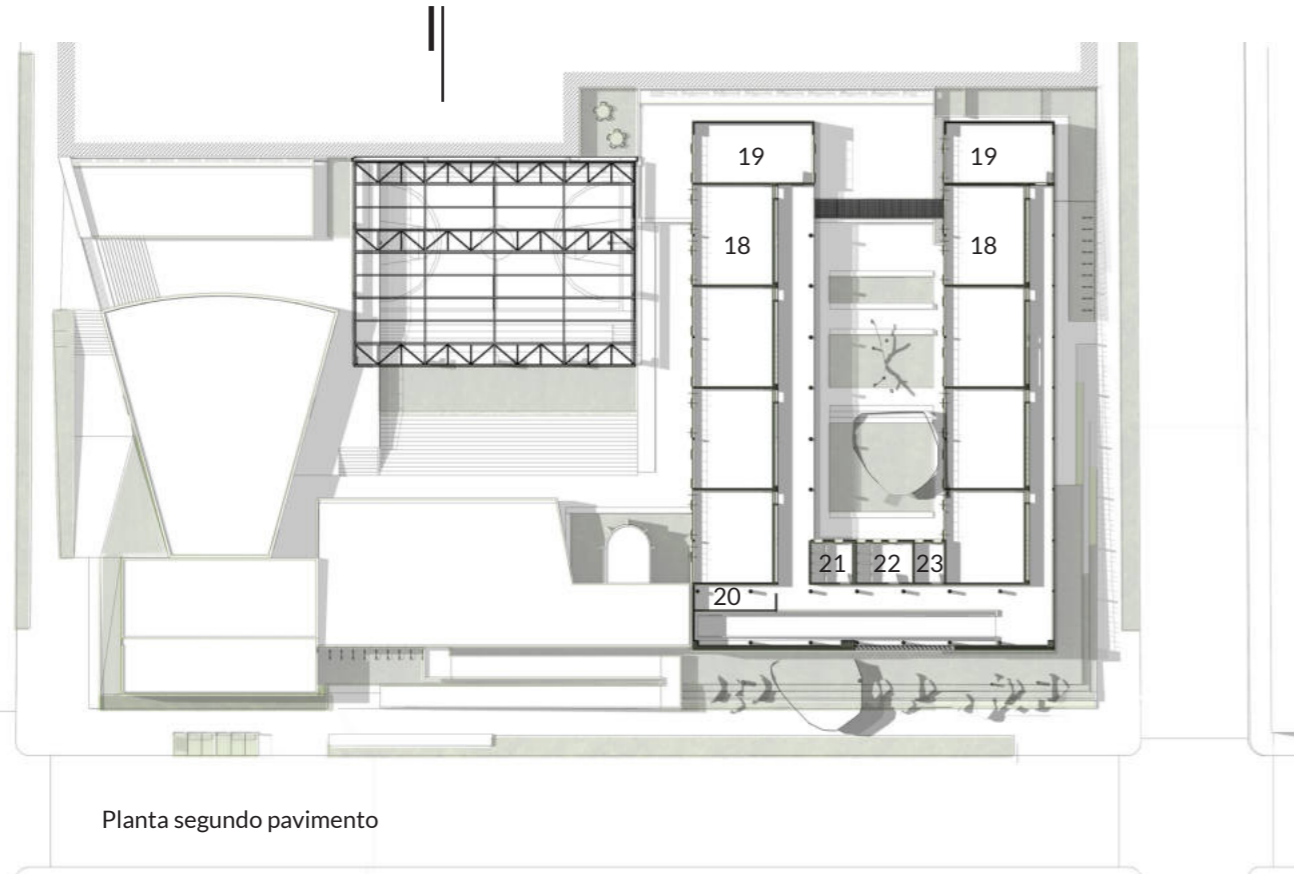
Sala de estudos

Informática

Entrada + secretária da bibliotecária



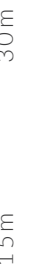
- 18- salas de aula
- 19- laboratórios
- 20- depósito
- 21- banheiro masculino
- 22- banheiro feminino
- 23- banheiro acessibilidade



Fachada Rua Carlos Meira
Entrada do teatro



Vista do corredor das salas de aula





Rua

Pátio coberto

Pátio descoberto

Sala de estudos + biblioteca



Fachada Rua Padre Benedito de Camargo
Entrada da secretaria



Fachada Rua Henrique de Souza Queirós
Entrada dos alunos



Foto da década de 1950

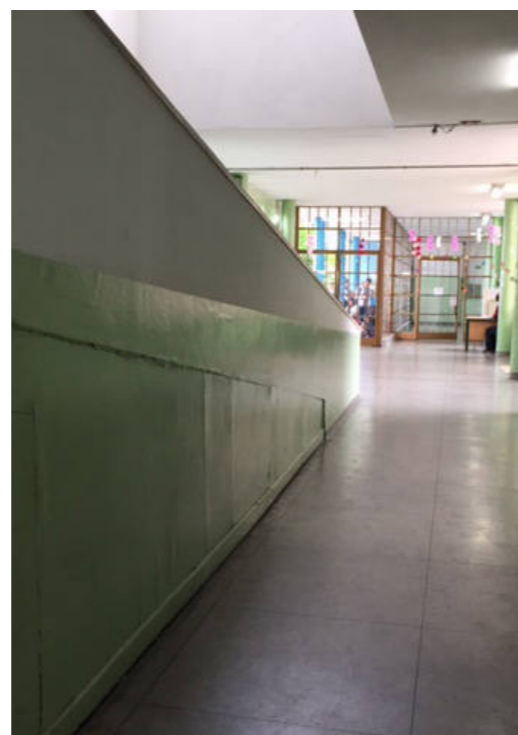


Foto da situação atual



Circulação 1º pavimento



Vista do corpo do teatro + arquivo



Bibliografia

BARDI, Lina Bo. 1951. "Primeiro: escolas" In: Revista Habitat n.4. São Paulo, Habitat Editora Ltda.

BASTOS, Maria Alice. 2009. "A escola parque: ou o sonho de uma educação completa (em edifícios modernos). Edição 178. Revista AU.

DUARTE, Hélio de Queiroz. 1951. "O problema escolar na arquitetura". Revista Habitat n.4. São Paulo, Habitat.

_____, 1973. "Escolas Classe – Escola Parque: uma experiência educacional". São Paulo, FAUUSP.

FERREIRA, Avany De Francisco, MELLO, Mirela Geiger de 2006. "Arquitetura Escolar Paulista – Anos 1950 e 1960.." São Paulo. Fundação para o desenvolvimento da Educação.

FICHER, Sylvia. "Os arquitetos da Poli, ensino e profissão em São Paulo". São Paulo, Editora Fapesp, 1ª Edição

FREIRE, Paulo. 1983. "A pedagogia do Oprimido". São Paulo, Editora Paz e Terra, 13ª edição.

HERTZBERGER, Herman. "Espaço e a arquitetura, lições de arquitetura 2". Rotterdam.,2010, 010 Publishers.

LIMA, Mayumi Watanabe. 1995. " Arquitetura e Educação". São Paulo, Studio Nobel

_____, 1992. "Retrospectiva Histórica do Brincar e o Espaço Urbano". São Paulo. EMURB. Seminário SESC-ABRINQ.

_____, 1985. "A importância da Qualidade do Espaço na Educação das Crianças". São Paulo. Revista Criança. 27ª Edição. Pág. 9-12.

NEVES, Ivanir R. 2007. "Convênio Escolar: utopia construída". São Paulo. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em arquitetura e urbanismo.

NIEMEYER, Carlos Augusto. 2002. Parques infantis de São Paulo, lazer como expressão de cidadania. São Paulo, Editora Fapesp, 1ª Edição

SILVA, Helena Aparecida Ayoub. Conceitos, processos e métodos presentes na elaboração do projeto de arquitetura. 1998. Dissertação de mestrado – FAUUSP

TEIXEIRA, Anísio 1951. "Um presságio de progresso". Revista Habitat 4. São Paulo, Habitat Editora Ltda.

_____, 1999. "Educação no Brasil". Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

_____, 2000. "Pequena Introdução à Filosofia da Educação: A Escola Progressiva ou a Transformação da Escola". Rio de Janeiro, DP&A.

_____, 2005. "Educação e o Mundo Moderno". Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

lunalopezbrandao@gmail.com

+55 (11) 96703 2503